



Fl. Livro _____
Fl. Ata 001
Reunião de 2015/02/11
Ata nº 04/2015

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/02/11

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lídia Alves Cardoso; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Rui Miguel da Silva Pereira; -----
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Vítor Manuel Jorge da Silva e Rui Miguel da Silva Pereira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h50, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Isabel Maria Gaião Moreira, Coordenadora Técnica. ---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata 002

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves -----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

João Pedro Baião-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

. Chefe da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana-----

Urbª Ricardo Ramalho-----

. Técnica Superior-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata 003

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus-----

Drª Maria João Carraça-----

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao
Movimento Associativo e Juventude-----

Dr. Pedro Montes-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público-----

Arqtª Catarina Conde-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa-----

Urbª Luís Matas de Sousa-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DIVERSOS ASSUNTOS APRESENTADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, referindo-se a algumas questões que lhe parecem importantes.-----

Em primeiro lugar, realizou-se uma assembleia-geral dos municípios acionistas da Valorsul, que pretendem aprovar uma ação judicial visando a exclusão do acionista Empresa Geral do Fomento - EGF, a empresa de resíduos do grupo Águas de Portugal, que está em processo de privatização, como se sabe. -----

Considera-se que se deverão tomar todas as iniciativas para evitar que esta privatização seja levada a efeito, sendo que esta assembleia-geral não se realizou por falta de quórum, por ausência dos representantes da EGF, estando marcada nova assembleia-geral no dia 2 de março. -----



Há algumas iniciativas da parte da EGF que estes acionistas reputam de serem muito questionadas, no entanto, no dia 2 de março vai-se ter esta segunda reunião, e espera que seja conclusiva. -----

Depois, refere ainda que o Duatlo das Lezírias, na sua 19ª edição, foi uma prova que teve o sucesso de edições anteriores, teve perto de 1 000 atletas, 400 dos quais relativamente à prova jovem, em que destaca a vitória do Alhandra Sporting Club, por equipas, o que é um bom lançamento para a renovação do campeonato nacional jovem, em que foi vencedor o ano anterior.-----

Por outro lado, refere o balanço da atividade do Barco Varino, que é um dos grandes embaixadores do concelho, a nível cultural e turístico, sendo que ao longo de 2014 o barco superou os objetivos definidos no início do ano, obtendo até os melhores resultados dos últimos 10 anos. -----

Há alguns dados que podem ser importantes para se verificar de facto a atividade que o Barco Varino teve. Foram realizados 97 passeios, 56 com público geral, e 41 foram passeios de carácter institucional. Foram transportados 3 022 passageiros, com uma receita real de mais de 10 000,00€ e uma despesa de 9 000,00€. Com os compromissos institucionais a despesa foi de cerca de 4 000,00€.-----

Mesmo não sendo a perspetiva que o barco dê lucro, também convém que não dê muita despesa, e também nesse ponto de vista conseguiu-se equilibrar a atividade do Barco Varino, o que quer dizer que se vai reforçar ainda mais esta perspetiva, e

Fl. Livro _____

Fl. Ata 005

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

a redução das taxas talvez tenha sido um fator importante para estimular as pessoas a procurarem mais o barco, bem assim como o facto de se ter colocado mais dias à disposição do público em geral. -----

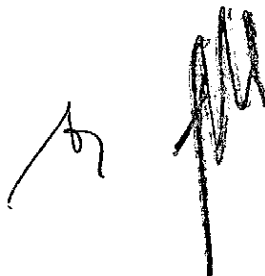
Por fim, reporta-se a um ponto desta reunião, que evidentemente ainda não foi discutido, e naturalmente que a decisão caberá à câmara municipal no seu todo, aquando da sua discussão, mas que não podia deixar de referir, porque lhe parece bastante significativo, que é o concurso para a construção da EB nº 2 de Vialonga. - Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que o Sr. Presidente falou, e muito bem, de uma questão sobre o Barco Varino Liberdade, e o próprio era para falar nela no ponto da ordem do dia das taxas, mas aproveita agora para o fazer, porque o Sr. Presidente falou. -----

Assim, gostaria de saber, e é importante tudo o que o Sr. Presidente disse, pois o próprio, familiares e amigos também já participaram nestes passeios, que são interessantes e devem ser sempre realçados, quantos dias por semana está o Barco Varino disponível para o público. Tem ouvido algumas conversas que são 2 dias, 2 tardes, mas como não sabe, gostaria, se fosse possível, que o Sr. Presidente lhe dissesse, concretamente, para o público poder usufruir do barco, quantos dias por semana está disponível. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, referindo uma breve nota relativamente ao processo de privatização da EGF, que é do Estado, e que é detentora da maioria do capital social da empresa multimunicipal Valorsul. -----

Acontece isso porque este processo, e pensa que isso deve ser sempre reforçado, é suficientemente e justificadamente contestado pelos municípios e pelas populações. O que está em causa é que este Governo, que pratica uma política de direita que visa a destruição de serviços públicos essenciais, entregou ao consórcio SUMA, liderado pela Mota-Engil, um concurso para a privatização e alienação de uma empresa lucrativa e essencial na prestação de um serviço essencial às populações, que é o capital da empresa EGF. -----

Por isso mesmo, e como é óbvio, esta atitude dos municípios tem a ver com o facto de haver uma violação do dever de lealdade e de atuação desleal por parte da acionista maioritária, que é a EGF, representada neste sistema multimunicipal. -----



Os membros da CDU acompanharão todas as medidas que se revelarem como necessárias, incluindo no plano judicial, para tomar como boa a defesa intransigente do carácter público desta empresa. -----

Respondeu o Sr. Presidente, no que respeita ao Barco Varino, que está disponível todos os dias, com marcação prévia, naturalmente, e só não estará quando o tempo não o permitir, ou quando houver alguma indisponibilidade de um ou mais tripulantes. Está-se a tentar encontrar uma tripulação fixa, para que, numa ou outra situação que aconteça, apesar de tudo, se tenha um plano B para resolver essas situações, que crê que só aconteceram uma vez.-----

Portanto, basta as pessoas inscreverem-se, com marcação prévia, o mínimo de pessoas é 15, o barco não sai com menos de 15 pessoas, e aliás até para ser mais rentável em termos financeiros deverá a ocupação ser quase máxima, que é de 40 pessoas. -----

As pessoas podem ter também possibilidade de escolher o itinerário. O itinerário está mais ou menos definido, mas há sempre possibilidades de fazer alguma pequena alteração.-----

Quanto ao processo da EGF, pensa que estão todos de acordo. Não sabe se numa moção, que veio a reunião de câmara, os membros da Coligação Novo Rumo se abstiveram, já não tem a certeza, mas em termos do princípio pensa que comungam todos, ou seja, pela manutenção do serviço de qualidade existente, e a manutenção de taxas que não venham a dificultar os utentes, em termos de pagamento.-----

Sobre isso estão todos de acordo, e portanto os municípios irão continuar a tomar todas as iniciativas que se julgarem pertinentes para o efeito. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 007

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

SEXTAS PATRIMONIAIS - MUSEU MUNICIPAL -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, referindo que traz alguns pontos para falar, e destaca uma ação do museu municipal que acabou no dia 30 de janeiro, com a última sessão, a das "Sextas Patrimoniais". -----

Foi pena ter acabado, porque participou quase em todas, e foi uma ação que os membros da CDU consideram de muita qualidade, principalmente o último colóquio, que teve como oradores os professores Vítor Serrão e José Meco. O professor José Meco já tinha participado no curso de azulejos, e pessoas que estiveram lá transmitiram-lhe a grande qualidade desse evento. -----

Assim sendo, destaca esta situação, para mostrar que o museu municipal continua a cumprir o seu dever cultural, e deixa ainda uma palavra de apreço para as responsáveis, as Dr^{as} Maria Adelaide Ferreira e Maria João Martinho, e toda a equipa que levou a cabo este evento. -----

Aproveitando a presença da diretora do departamento, os membros da CDU deixam saudações a todos estes trabalhadores da câmara municipal, sendo que esta ação até vai culminar com uma exposição de arte no dia 28 de fevereiro, segundo foi dito. Espera que o museu municipal continue a surpreender, e pensa também que já há ações para os sábados à tarde. -----

Quando criticam, criticam, e quando realçam o valor das coisas, também estão presentes para o fazer. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que resta pouco tempo para as respostas todas, já vem sendo habitual, mas vai procurar, de facto, cumprir o tempo que resta de uma forma muito sintética. -----

Agradece ao Sr. Vereador Aurélio Marques as manifestações de regozijo pela qualidade das iniciativas que são promovidas no museu municipal, e também subscreve aquilo que o Sr. Vereador acabou de referir. Há uma equipa há muitos anos de grande qualidade, e não é demais referir isso. Regista ainda que, de facto, quando as coisas estão bem, devem ser também referenciadas, e nem sempre assim acontece. Portanto, pensa que o Sr. Vereador esteve bem em fazê-lo, sobretudo, não pelo executivo municipal, mas pelos trabalhadores em causa. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 008

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

HOMENAGEM PELOS 80 ANOS DO MATADOR DE TOUROS JOSÉ JÚLIO -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que no dia 31 de janeiro o matador de touros José Júlio completou 80 anos, a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira prestou-lhe uma singela homenagem e, parafraseando Chico Buarque, “foi bonita a festa pá”, sendo que podem testemunhar isso, porque também estiveram presentes, os Srs. Vereadores Vítor Silva e António Félix. -----

Neste sentido, os membros da CDU deixam ao Maestro José Júlio as suas sinceras saudações. Não trazem o seu currículo, para não perderem tempo, mas ele é conhecido de todos os vila-franquenses, portugueses e não só. -----

Aproveitando esta questão, gostariam de voltar a relembrar e até a perguntar ao Sr. Presidente em que ponto se encontra a questão do possível lançamento do livro de José Júlio. Sabem que o Sr. Presidente, como todos, está muito empenhado nisso, e era muito interessante e de grande justiça que até ao fim do ano dos 80 anos do Maestro José Júlio fosse possível essa publicação. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, cumprimentando todos os presentes, começando por manifestar a sua satisfação por, no passado 31 de janeiro, ter estado presente numa singela homenagem e também festa de parabéns ao grande Maestro José Júlio. Parafraseando algo que o próprio Maestro disse, é gratificante poder ter a casa cheia depois de retirado já há vários anos, e realmente esteve lá muita gente. -----

Depois, considera que era oportuno e gratificante para o próprio Maestro, durante este ano de aniversário dos 80 anos, ver concretizada uma grande homenagem, com uma grande exposição, que deveria ser feita. Recorda o refrão que todos ainda têm presente, pelo menos quem já tem alguma idade, como é o seu caso, “é de Vila Franca, e chama-se José Júlio”, divulgou muito esta cidade e terra, e era importante, neste ano de aniversário, poder fazer na Patriarcal uma grande exposição retrospectiva de toda a sua participação e passagem, ao longo destes anos todos, de quanto de mestria teve a sua beleza ao tourear, e a própria grande divulgação que proporcionou a esta cidade e a todo o concelho. -----

Bem sabe que tudo se faz com tempo e com programação, mas era muito gratificante, certamente para ele, no aniversário dos 80 anos, fazer-lhe uma



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

As pessoas que estão envolvidas neste processo, com tempo, podem de facto planear e desenvolver um trabalho de grande qualidade, aliás como foi a última exposição de José Falcão. Todos os aficionados referiram que foi uma exposição de grande qualidade, e quer-se que nestes três momentos seguintes também essa mesma qualidade se mantenha, e não tem dúvida nenhuma que assim será. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador António Oliveira tomou boa nota, no sentido de se resolver. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 011

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUALIFICAÇÃO NO BOM RETIRO, TRIÂNGULO DAS RUAS GIL VICENTE, MARIA
LAMAS E JÚLIO JOSÉ PEDRO GOES – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a uma questão que já há
muitos anos os membros da CDU trazem. A última vez que a trouxeram foi na
reunião de 19 de novembro de 2014, em que, por motivo de falta de tempo, não foi
respondida uma série de questões, sendo que agora, e futuramente, trará uma
questão de cada vez.-----

A questão tem a ver com a requalificação do Bom Retiro, no triângulo das ruas Gil
Vicente, Maria Lamas e Júlio José Pedro Goes, que já é do conhecimento de todos, a
questão dos muros, da escadinha, das rachas, das ruínas, da zona muito
degradada e por aí fora.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador António Oliveira tomou
boa nota, no sentido de se resolver, sendo que estas são matérias que o Sr.
Vereador já tinha colocado anteriormente. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador sabe, porque foi uma questão que foi a reunião de câmara, que as garantias foram acionadas. Pode ter sido no único dia em que o Sr. Vereador Aurélio Marques não esteve presente, neste mandato, mas crê que não. Foi um ponto que veio a reunião de câmara, e foi aprovado o acionamento das garantias. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que naturalmente se vai ver porque é que o boletim chegou tão tarde às caixas do correio, mas não sabe responder sobre isso. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

Depois, também na sequência de um pedido de informação solicitado ao gabinete da CDU, por parte do um munícipe, outro relacionado com questões de propriedade na zona Alta de Arcena.-----

Requerimento Nº 31/2015
(Documentos sobre as AUGI)

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

As Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) são uma preocupação constante da Coligação Democrática Unitária, desde há muito.

Apesar de em várias reuniões de Câmara, esta questão ser colocada, ao mesmo tempo que é solicitada uma maior informação sobre o assunto, esta ficou mais completa, com o documento entregue para a Reunião de Câmara de 11 de Fevereiro.

Assim, no sentido de podermos fazer uma melhor análise da situação, vimos ao abrigo das disposições legais, através de V. Exa. requerer ao serviço competente, que nos sejam facultados os seguintes documentos:

1. Contactos oficiais e composição actual das respectivas Comissões de Comproprietários.

Vila Franca de Xira, 9 de Fevereiro de 2015

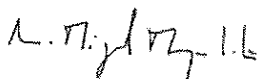
Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)

Nuno Libório

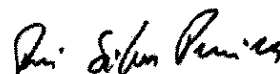
Ana Lídia Cardoso

Aurélio Marques

Rui Pereira



Ana Lídia Alves Cardoso



Requerimento Nº 32/2015
(Pedido informação sobre Zona Alta de Arcena)

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Tendo chegado ao Gabinete da CDU uma exposição referente à situação do terreno, sito na Zona Alta de Arcena, Terra Zé da Pia, lote 21 E, que segundo os interessados se arrasta pelos serviços sem resolução desde 2006;

Estando o prazo para legalização de todas as áreas urbanas de génese ilegal a ser cada vez mais curto, o que poderá levar a que muitas destas situações não vejam a sua regularização até à data proposta, para 30 de Junho;

No sentido de uma melhor avaliação da situação exposta, vimos ao abrigo das disposições legais, através de V. Exa. requerer que nos seja facultada documentação/informação sobre o estado em que se encontra a correcção da área do terreno, sito em Zona Alta de Arcena, Terra Zé da Pia, lote 21 E.

Vila Franca de Xira, 9 de Fevereiro de 2015

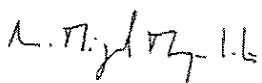
Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)

Nuno Libório

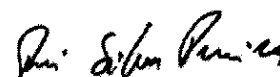
Ana Lídia Cardoso

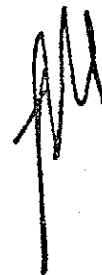

Aurélio Marques

Rui Pereira



Ana Lídia Alves Cardoso





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

DEGRADAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE PATRIMÓNIO EM A-DOS-LOUCOS -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU, na última reunião de câmara, apresentou algumas questões que têm a ver com a degradação e destruição de património arqueológico, em A-dos-Loucos, e está a falar de uma zona que está caracterizada no âmbito das fichas de inventário da Direção-Geral de Património Cultural associada à guerra peninsular e, de acordo com aquilo que se sabe e foi apurado pelos estudiosos, está em causa a possibilidade de destruição de vestígios de uma aldeia que está associada a uma estrutura de defesa francesa. Inclusivamente os locais chamam-na, em termos populares, como a zona do convento, em A-dos-loucos.-----

A câmara municipal ficou de tomar medidas, no sentido de prevenir a continuação do processo de destruição, pelo que perguntam se o fez, e que medidas resultaram dessa atuação do município.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vice-Presidente depois falará.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, respondendo a esta questão sobre a obra de plantação de árvores na zona de A-dos-Loucos, que tinha sido levantada na última reunião de câmara, crê que pelo Sr. Vereador Nuno Libório. -----

Efetivamente mandou lá os técnicos, para perceber o que se passa, e não há registo que seja das Linhas de Torres, uma vez que as Linhas de Torres não são naquela zona, e não há também registo que sejam de fortificações utilizadas pelos franceses nas guerras peninsulares. -----

De facto, o que parece, e é o que existe de registo técnico sobre essa matéria, é que são umas ruínas de um convento que começou em construção, mas nunca chegou a ser convento, e portanto nunca terminou a construção. Foi uma ruína, que se manteve ruína, e não tem, sob o ponto de vista patrimonial, a importância que foi levantada. -----

De qualquer das maneiras, foram dadas indicações no sentido de que o proprietário do terreno, que está a fazer essas plantações, possa garantir o adequado afastamento daquelas ruínas, no sentido de não causar nenhum tipo de dano àquela construção. Assim, essa notificação já foi pedida. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

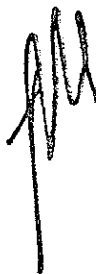

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CRATERA NA RUA DIAMANTINO FREITAS BRÁS – QUINTA DO FORNO – ALVERCA DO
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de saber se a câmara municipal consegue ou não encontrar uma solução para a cratera que aumenta a cada dia que passa na rua Diamantino Freitas Brás, na Quinta do Forno, em Alverca do Ribatejo. -----

Não é só uma questão de litígio de propriedade, no âmbito da confluência com o espaço público, é uma questão em que os moradores têm problemas sérios de segurança pública, num passeio que dá caras para uma cratera que os põe em perigo, bem como todos aqueles, sejam transeuntes ou utilizadores da estrutura da passagem rodoviária, circulam no mesmo local.-----

Assim, é preciso tomar urgentemente uma decisão sobre esta matéria. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se vai ter que, de facto, avançar, na medida em que o proprietário, depois de muitas notificações, não faz aquilo que deveria fazer, cuidar a sua própria propriedade, e mais uma vez tem que ser a câmara municipal a resolver, -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

LUTA DOS TRABALHADORES DA BUDELPACK -----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU pretendem manifestar a profunda solidariedade e disponibilidade para com a luta dos trabalhadores da Budelpack, sendo que, agora sim, infelizmente, e pelas piores razões, já está declarada a insolvência.-----

Infelizmente, quando as empresas e os patrões destas empresas avançam para processos desta natureza, são poucos os exemplos que resultam na salvação da empresa, e isto se calhar deveria suscitar por parte dos partidos representados na Assembleia da República uma avaliação sobre se este modelo serve as empresas, e com isso se está efetivamente a servir o propósito a que se destina, que é proteger os postos de trabalho.-----

Com esta situação, infelizmente, que pelo que sabem já é quase irreversível, são mais, diretos, cerca de 100 postos de trabalho a menos destruídos no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, relativamente à solidariedade para com os trabalhadores, está de acordo, se bem que, como o Sr. Vereador saberá, numa fase última, no sentido de salvar a empresa, ela foi assumida pelos próprios trabalhadores. Os administradores eram quadros da própria empresa, e mesmo assim não foi possível evoluir em sentido positivo.-----

De qualquer forma, vai-se também acompanhando este processo. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
BAIRRO DOS QUINTAIS – OBRA DOS SMAS – PÓVOA DE SANTA IRIA-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, e referindo que gostaria de colocar três questões, duas delas que têm a ver com a freguesia da Póvoa de Santa Iria. -----
No Bairro dos Quintais os SMAS desenvolveram uma obra, que deveria ter terminado no mês de dezembro, e que, ultrapassado o prazo, estando a intervenção longe de terminar, coloca uma série de entraves, nomeadamente no que diz respeito à ocupação de vias e ocupação de acessos pedonais. -----
Desta forma, gostariam de saber qual o motivo do atraso desta obra, a própria responsabilidade e a data de conclusão.-----
Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador António Oliveira depois falará. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes, dizendo que dividirá a resposta às questões em duas áreas; dos SMAS e do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas. -----
Em relação a esta obra, repete o que disse na última reunião de câmara, à semelhança da obra dos impasses A e B, em Alverça do Ribatejo. A execução da obra dos Quintais foi aprovada, e por várias reuniões no local, inclusivamente com a junta de freguesia e os moradores, não avançou sem uma garantia de que estariam de acordo para a sua execução, e foram alertados para uma especificidade de execução. Quem passa ali a pé verifica que existem imensas entradas de garagens, em que ao longo dos anos os próprios moradores foram fazendo diversos acessos, cada um à sua maneira.-----
Não foi fácil de ultrapassar essas situações, e é um trabalho de relojoaria muito complicado, a nível de ramais de água, quando se encontram ali passeios que não chegam aos 30cm, sendo uma via com um elevado número de tráfego a determinadas horas do dia, tanto de manhã como à tarde. -----
Aconteceu aquilo que o próprio disse em relação aos impasses, no período de Natal e Ano Novo foi pedida, e autorizou-se, a suspensão da obra, porque o tráfego era imenso e para não criar os problemas inerentes à obra. -----
A indicação que tem é que no final deste mês estará concluída, pese embora, e convém deixar a ressalva, estar-se a tentar ultrapassar uma situação.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 019

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Pessoalmente não faz questão que a obra não fique uniforme, mas há alguns moradores que não estão muito de acordo que os seus acessos às garagens, que fizeram ao longo dos anos, sejam destruídos, já que os serviços municipais entenderam que se deveriam fazer acessos novos, de pavimento, calçada e lancis, ficando tudo novo e em condições.-----

Contudo, ir-se-á ultrapassar a situação, com calma e naturalidade.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 020

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PASSAGEM INFERIOR À LINHA FÉRREA – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se à passagem inferior à linha férrea, na Póvoa de Santa Iria, dizendo que passando por lá os membros da CDU conseguem ver perfeitamente o estado de degradação desta passagem inferior, e além de alagar quando chove, naturalmente, a iluminação não funciona, os degraus estão partidos, as paredes estão totalmente grafitadas, e há, manifestamente, uma falta de limpeza e de higienização desta zona. -----

Aquilo que gostariam de saber é, afinal de contas, para que não se ande a transportar as culpas, a quem compete a manutenção desta passagem. É à câmara municipal, ou é à junta de freguesia? De facto exige-se que rapidamente esta passagem inferior seja reabilitada. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que a manutenção da passagem inferior sobre a linha férrea, em termos de reparação de iluminação e outras situações deste tipo, é com a câmara municipal. A limpeza é com a junta de freguesia. -----

Assim, aquilo que depende da câmara municipal tem-se vindo a fazer, e é provável que haja lá algo ainda para resolver, até porque aquela passagem inferior, na sua opinião, foi um erro, mas a vida tem destas coisas. Muitas das vezes as pessoas vão embaladas numa determinada ideia, e às vezes arrependem-se, pois aquela solução não terá sido a melhor.-----

Com todo o respeito, por quem, de facto, lutou por esta solução, porque estava convicto que era a melhor, na sua opinião não foi.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SEMÁFOROS AVARIADOS NA VARIANTE DE VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os semáforos da variante de Vialonga estão avariados, para não exagerar, pelo menos há 10 dias. Nenhum dos semáforos funciona, o que implica uma situação de perigo iminente, uma vez que as prioridades se alteram completamente com a inexistência dos semáforos.-----

Portanto, os membros da CDU não conseguem perceber por que razão é que estes semáforos não funcionam há tanto tempo, e acrescenta ainda uma outra zona onde se calhar há mais tempo certamente que não há semaforização, no cruzamento da rua 28 de Setembro com a rua da EB 2,3, em Vialonga.-----

Portanto, coloca não só a questão dos acidentes que podem ali acontecer com os veículos, mas também a falta de segurança iminente, numa zona que é atravessada por milhares de crianças, e todos os dias.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador António Oliveira tomou boa nota, no sentido de tentar resolver o mais depressa possível.-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que pode adiantar que efetivamente se gostaria de poder, e sublinha a preocupação da Srª Vereadora, porque também é a do próprio, naquela zona em que circula, no dia imediato à verificação duma anomalia numa sinalização semaforica, ter imediatamente a empresa a fazer esta reparação. Isso não é possível, e no dia 3, salvo erro, efetivou-se, a nível do concelho, o que disse na última reunião, um pacote de reparações, onde estão todos esses de Vialonga, para serem reparados o mais rápido possível.-----

Gostar-se-ia que rapidamente a própria empresa fizesse a reparação, mas tem que se fazer um pedido de execução de trabalho, tentar "meter" outros tipos de trabalho que vão surgindo, para que a própria empresa não se esteja sempre a deslocar.-----

Contudo, tentar-se-á que com a maior brevidade esse assunto seja reparado.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Ff. Ata 022

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OBRAS NO BECO DOS FERREIROS – VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo, como dizia o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, que os membros da CDU gostam de colocar as questões, e também gostam de dar conta quando elas se resolvem, pelo que o que diz ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador António Oliveira é que finalmente, ontem, começaram as obras no Beco dos Ferreiros, em Vialonga, o que lhes parece ser sinal de que aquela situação será finalmente resolvida.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, aproveitando para informar de uma questão, tendo o próprio dito, ao longo de várias reuniões, que iria ter reuniões com o responsável, o diretor comercial da EDP, da área de Lisboa e Loures, que abrange Vila Franca de Xira, devido a situações pendentes com a empresa, iluminação deteriorada e assuntos que se tinham de resolver, inclusivamente este da Travessa dos Ferreiros.-----

Acabou por ter a semana passada essa reunião, com os responsáveis da área de Loures, e foi-lhe confirmado que a EDP iria executar todas essas obras, e efetivamente está a executá-las. Aquilo que disse foi que, objetivamente, que iria ter uma reunião de câmara, e que queria informar essa situação, pois tinha estado no local, e era uma situação que teria que ser resolvida rapidamente. -----

Em relação a uma questão que por vezes é colocada pelo Sr. Vereador Paulo Rodrigues, que está relacionada com o célebre poste do CPCD - Centro Popular de Cultura e Desporto, acabou de ter a informação da EDP, do departamento de média e alta tensão, que durante este trimestre a obra é executada. Já está adjudicada, ao fim de 40 anos, e lá volta ao São Pedro, deve-se deixar mudar o poste, para ver se acredita. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se o Sr. Vereador conseguir isso está de parabéns.-----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se deverá fazer chegar este relatório aos Srs. Vereadores, tanto da Coligação Novo Rumo, como da CDU. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

MANUTENÇÃO DO PARQUE URBANO DE SANTA SOFIA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo-se a uma situação em Vila Franca de Xira, nomeadamente um problema que não é só de Vila Franca de Xira, nem do caso concreto, do parque urbano de Santa Sofia, mas tem também um pouco a ver com a sua manutenção, sendo que algumas das letras da estátua do Dr. Luís César Pereira já não se encontram por lá.-----

Há uma outra situação que se prende com uma questão de saúde pública, em que infelizmente a falta de respeito pelos outros se vai mantendo, e tem a ver com o uso dos relvados, que antigamente já tinham lá umas tabuletas a proibir os canídeos de entrarem nos relvados, e não são só os vadios, há alguns que vão com trela, e acabam por se servir desses mesmos relvados, que são aqueles onde depois as crianças e jovens andam a brincar.-----

Havia as tabuletas, foram removidas, não foram recolocadas, e tornaram-se as casas de banho dos canídeos da zona. Também aí pensa que era interessante ver o que é que se podia fazer, nomeadamente em questão de política municipal, para essas questões. -----



Há várias terras que têm pontos próprios onde isso pode acontecer, mas infelizmente no concelho ainda vão sendo raros esses mesmos espaços, para os animais serem levados a fazerem lá as suas necessidades. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vice-Presidente que fale sobre este parque urbano, e que é um problema que se tem, em termos gerais, pois as pessoas não têm uma adequada atitude de usufruto dos espaços que são seus.-----

Tem muita esperança nos jovens que hoje estão nos jardins de infância e escolas do primeiro-ciclo, que venham a ter uma atitude diferente. -----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, dizendo que este fim de semana as placas relativamente à indicação do Dr. Luís César Pereira estavam lá, mas admite que entretanto sábado e hoje possa ter havido algum ato de que entretanto os serviços ainda não se aperceberam. -----

À partida esse problema terá ficado resolvido, com uma alteração que se fez ao material com que as placas são feitas, uma vez que, como se sabe, tudo o que é ferro, metal, etc., tem vindo a ser alvo de furto. Não é só no concelho, é em todo o



Fl. Livro _____

Fl. Ata 025

Reunião de 2015/02/11



Procº _____

Deliberação nº _____

lado, e portanto alterou-se esse material, não tendo havido registo de que o assunto se mantenha.-----

De qualquer das maneiras ir-se-á verificar essa questão.-----

No que respeita à campanha quanto aos animais, vai-se aproveitar também o Boletim Municipal para fazer o reforço da mesma, que se torna cada vez mais importante, uma vez que, à medida que se vão multiplicando e criando novos e grandes espaços verdes, há mais locais onde as pessoas, e ainda bem, podem deles usufruir, e efetivamente os donos dos animais têm uma responsabilidade acrescida de que não se podem eximir, porque as outras pessoas têm filhos também, e gostam de utilizar aqueles espaços, que têm de estar em condições. ----
Aí a questão não é tanto para os cães, é mais para os donos, mas ir-se-á insistir com essa campanha, e também já se está a preparar o reforço de mais placas em mais locais do concelho.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

MOÇÃO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo-se que os membros da CDU têm para apresentar uma moção sobre a delegação de competências nos municípios, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não sabe se esta moção será alvo de discussão hoje, a votação pensa que não, mas não resiste a dizer duas coisas, até porque já teve para perguntar algo várias vezes, que é uma situação lateral, mas que ao mesmo tempo vai ao fulcro da questão. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, quando se discutir a moção, na próxima reunião de câmara, e vai agendá-la, o Sr. Vereador terá toda a oportunidade de dizer tudo e mais alguma coisa. -----

De qualquer forma, como o Sr. Vereador não resiste, dá-lhe a palavra.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que é uma questão lateral, e é rápida, agradecendo a atenção do Sr. Presidente, porque tinha uma pergunta para lhe fazer já há algumas semanas, e tem andado a pensar se a deveria fazer, por uma questão de oportunidade. É um homem tímido, às vezes precisa de ter essas oportunidades, e agradece aos seus camaradas o facto de lhe terem dado a oportunidade. -----

Assim, gostaria de saber se o Sr. Presidente é um presidente eleito pelos vila-franquenses, se se sente vinculado aos cidadãos vila-franquenses, se se sente vinculado primeiro aos cidadãos deste concelho, ou se se sente vinculado primeiro à ex-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, atual responsável pelos autarcas do Partido Socialista, que há cerca de 3 semanas disse no Expresso que ia dar ordens aos autarcas do Partido Socialista para saírem todos fora das negociações de delegação de competências. Contudo, teve azar, pois alguns dos autarcas do Partido Socialista disseram: “A senhora, eventualmente, manda lá num quartinho do Largo do Rato, porque nós vamos continuar na delegação de competências e não vamos sair, porque o Largo do Rato não manda nos autarcas, ou pelo menos nalguns autarcas do Partido Socialista”.-----

Aqui, coloca-se outra questão de vez em quando, é que quando “vira o disco”,





Fl. Livro _____

Fl. Ata 021

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

normalmente a música é a mesma, e é: “Malandros destes tipos que estão lá em Lisboa”. Sejam eles quais forem, o “disco” é sempre o mesmo, se se mudar a época, o disco está lá.-----

Aquilo que diz tem a ver com política, a questão é clara, e é: “Malandros destes tipos que estão lá em Lisboa, que estão sempre contra o poder autárquico, contra a sua autonomia, e a dizerem que não querem a autonomia dos autarcas”. Depois, há um conjunto de pessoas, algumas são autarcas ainda, que vêm dizer aos autarcas do Partido Socialista: “Autonomia? Qual? Não, saiam lá daí, porque nós queremos é primeiro as eleições, e depois é que os senhores têm direito a negociar”. -----

Gostava de saber o que o executivo da câmara municipal pensa disto, se vai seguir as diretrizes da ex-presidente de câmara, que ainda há uns dias esteve na câmara municipal, ao lado do mesmo, ou vai defender os interesses da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e dos seus cidadãos, que é negociar ou não uma verdadeira descentralização, que defenda os direitos dos cidadãos deste concelho, nomeadamente dos jovens. -----

Isso era importante que fosse dito, para todos saberem com o que contam. -----

Do Partido Comunista já se sabe que estão todos de fora, e não estiveram em nenhuma negociação, nem querem estar. Estão de fora, que é “quanto pior, melhor”, porque assim é que têm sempre um manancial e capital de desculpa e de culpa. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador escusava de estar há tantas semanas para fazer essa pergunta. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que está com um problema no joelho, que é o dos banhos atlânticos. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador fala destas coisas com tanta emoção, que isso piora a lesão. De facto, o Sr. Vereador tem que curar primeiro a lesão, porque com esse entusiasmo, nunca mais a cura.-----

Continuou, referindo que haverá oportunidade de conversar, porque há muita matéria para o fazer, e não é só na área social, é também na área da educação e da saúde, pelo que na próxima reunião de câmara haverá oportunidade de falar sobre esta matéria. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº _____

A sua exigência é com os munícipes, com aqueles que votaram em si, e aqueles que não votaram, com todos, e tentar, com as equipas que consigo trabalham, fazer o melhor em termos da melhoria da qualidade de vida das pessoas. É isto que o norteia, são estes os seus objetivos, e tudo o mais, apesar de ser interessante, não o consegue desviar daquilo que é essencial, que é o trabalho autárquico para o qual foi eleito. -----

MOÇÃO

Delegação de Competências nos Municípios

Considerando que:

A Constituição da República Portuguesa prevê que o “Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública” (artigo 6º., nº 1).

A descentralização de poderes efectua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.

A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos.

A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local.

O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objectivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos inter-administrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da

estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem.

A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objectivos pré-definidos.

A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas.

Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias.

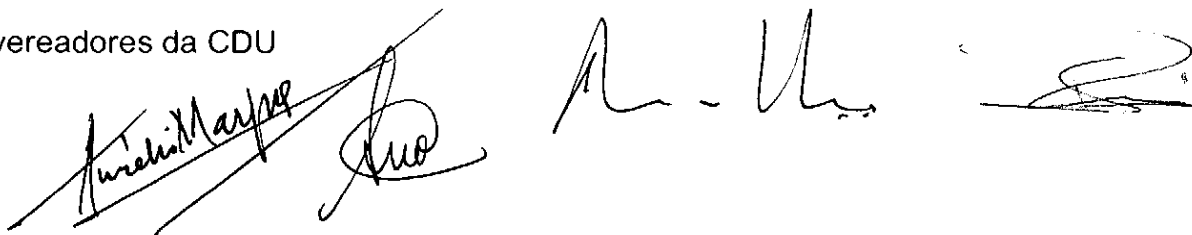
Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a protecção civil ou a rede de serviços públicos.

O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afectou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional factor de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização.

- 1) O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015;
- 2) O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, consequentemente, aos Municípios, ao Poder Local Democrático;
- 3) Apelar ao Congresso da (A.N.M.P) Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar em 27 e 28 de Março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a Constituição da República Portuguesa prevê.

Vila Franca de Xira, 11 de Fevereiro de 2015

Os vereadores da CDU





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE O PROTOCOLO COM A ORDEM DOS ADVOGADOS
SOBRE A LEGIONELLA -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se é possível dar um ponto de situação, ainda que breve, sobre o andamento do protocolo com a ordem dos advogados, relativo à situação da “legionella”, que se teve o azar de passar por este concelho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que, de facto, já há muitas pessoas que têm procurado a delegação, inclusivamente tem havido reuniões, que têm sido coordenadas pelo Dr. Fernando Barreiros, pessoa que designou para fazer a ponte entre a câmara municipal, a própria delegação e também as juntas de freguesia. -----

Houve uma reunião há pouco tempo, na antiga sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, estiveram presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, bem assim como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, e foi ainda convidado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alberca do Ribatejo e Sobralinho, onde estas matérias foram analisadas, no sentido de dar informação sobre a forma como as pessoas podiam ter acesso a este trabalho de parceria com a delegação da Ordem dos Advogados de Vila Franca de Xira. -----

Aquilo que pode dizer é que há já bastantes pessoas que estão de facto a ir junto da delegação para expor as suas questões, e através disso delinear uma estratégia para a defesa dos seus interesses. Aliás, o Dr. Fernando Barreiros, de acordo com aquilo que se conversou, tem telefonado a todas as pessoas, aquelas que vêm à câmara municipal, e posteriormente, àquelas que já vieram, tem telefonado, dizendo que há esta possibilidade de recorrerem à Ordem dos Advogados. -----

Está-se a fazer o possível para que este conhecimento seja o mais vasto, no sentido das pessoas depois decidirem aquilo que querem fazer. Também, com as juntas de freguesia, essa informação existe, e vai-se tentar ajudar as pessoas, pois para isso é que o protocolo foi celebrado. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.ª Ata 030

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OBRAS NO HANGAR DO INAC - VÁRZEA DE VIALONGA – -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, começando por falar numa obra que estão a ser feitas neste momento na várzea de Vialonga, no chamado hangar do INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil, que no plano de atividades de 2009 incluía a remodelação de edifícios, à época, em Alpriate.-----

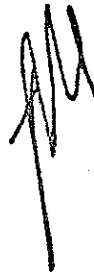
O projeto seria de extensão, iniciado em 2007, teria como objetivo adequar as instalações do INAC às necessidades funcionais dos serviços, e um investimento previsto de 720 000,00€. No plano de atividades de 2010 volta-se a falar na remodelação dos edifícios, e tinha um investimento previsto de 415 000,00€. Em 21 de novembro de 2014, aparentemente, assinou-se um contrato de empreitada para a reabilitação da cobertura e fachadas do hangar sito na Granja de Alpriate. --- Desta forma, os membros da Coligação Novo Rumo perguntam se a câmara municipal tem ou não conhecimento destas obras, se as aprovou, se sabe o que lá está a ser feito, já que aquele hangar e zona, aparentemente, foram dos primeiros locais do concelho a terem uma pista de aviação, que servia para alguns dos aviões neste concelho aterrarem e levantarem. -----

Gostariam pois de saber se a câmara municipal tem conhecimento destas obras.----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, certamente tomou boa nota do que foi referido, e gostava que depois da intervenção do próprio informasse sobre o assunto. -----

Tomou a palavra o Arqtº Nuno Santos, dizendo que efetivamente houve há pouco tempo uma receção nos serviços por parte dos titulares do edifício, no sentido de saber o que poderiam fazer para o fechar, uma vez que não tem atividade lá associada. É esta a referência que lhe deram e, na sequência do que o Sr. Vereador informou, mandou a fiscalização municipal perceber, no local, exatamente o que está a ser feito, para se poder ter ideia clara relativamente ao que lá está, e aferir o que se deverá entender do que estiver a ser feito. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, para dizer que as obras estão concluídas, admite, mas os membros da Coligação Novo Rumo ficam à espera das consequências deste



facto. Estão todas concluídas, pelo menos de fachada, de telhados e de tudo.-----
Ainda se fosse um sítio às escondidas, até percebia, mas é um sítio onde toda a
gente vê. Portanto, não sabe se eventualmente, ao abrigo desse regulamento que
se aprovou agora, se podem vir a regularizar umas obras que estão
completamente concluídas. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Ff. Ata 032

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
AGENDAMENTO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA – PONTO DE SITUAÇÃO E
ANÁLISE DOS PARQUES INFANTIS DO CONCELHO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo solicitam o agendamento de um ponto para a reunião de câmara seguinte, para se fazer o ponto de situação e análise dos parques infantis do concelho de Vila Franca de Xira, já que a solução não pode ser, nem a câmara municipal não assumir as suas responsabilidades, nem as juntas de freguesia fecharem os parques infantis, porque dizem que não têm dinheiro.-----

Aliás, o que se ouve da direita neste país, vulgo Partido Socialista e Partido Comunista, é dizerem que dinheiro não é problema, portanto o dinheiro é um problema desta “malta” da extrema-esquerda que governa o país, vulgo PSD e CDS.-----

Portanto, gostariam de saber porque é que o Partido Socialista que governa a câmara municipal não resolve os problemas dos parques infantis, e porque é que as juntas de freguesia, maioritariamente do Partido Comunista Português, os fecham, quando até têm contratos de cedência de responsabilidades, e deveriam mantê-los ao serviço da população, pois está em primeiro lugar, e as crianças também.-----

Assim sendo, não faz sentido que se esteja a tirar a possibilidade às populações e crianças de poderem brincar nos parques infantis, que custaram milhares de euros de investimento à câmara municipal. Investiram-se milhares de euros na construção daqueles parques infantis, e gostavam de saber verdadeiramente o ponto de situação desta matéria, porque a solução não é terminar numa gestão quase terceiro mundista, que é “comem-se as obras até ao osso”, e quando não há encerram-se, para depois um dia voltar a fazer de novo.-----

Isto não é verdadeiramente gerir, é outra coisa qualquer.-----

Solicitam este agendamento, e entregarão a proposta, de acordo com o requerimento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para que ele seja efetivamente feito.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se irá responder ao requerimento no agendamento. Esse trabalho está feito, agora são necessárias várias reflexões. A



Deliberação nº _____

De qualquer modo, ir-se-á falar depois em momento seguinte.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

REQUERIMENTO N.º 03/2015

Pedido de Inclusão de Assunto na Ordem do Dia da próxima Reunião de Câmara

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ao abrigo do número 1 do Artigo 53º da Lei 75/2013, vêm solicitar o agendamento, para a próxima reunião da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, do seguinte ponto:

“Parques Infantis do Concelho - Ponto de situação e Análise”

No seguimento da constatação do estado de manutenção e conservação, e do encerramento de diversos equipamentos denominados como Parques Infantis no concelho de Vila Franca de Xira, os Vereadores da Coligação Novo Rumo requerem então que seja possível analisar e discutir, em sede de Reunião de Câmara, esta matéria.

Por conseguinte, a par com o agendamento do supracitado ponto, solicitamos que a Câmara Municipal entregue, junto com a Documentação da próxima Reunião de Câmara, toda a documentação necessária e actualizada para a correcta análise do referido ponto, nomeadamente sobre que órgão detém as diversas responsabilidades para cada Parque Infantil existente no território do concelho, quais os planos de manutenção, custos inerentes, quer directos quer por via de transferências, e demais informação que seja considerada útil e pertinente.

Vila Franca de Xira, 11 de Fevereiro de 2015

Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Vítor Silva



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.º Ata **034**

Reunião de 2015/02/11

Proc.º _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
REGULAMENTO DE PUBLICIDADE-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao regulamento de publicidade, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo discutiram-no em reunião de câmara, aprovaram-no, e aparentemente, até hoje, desde a reunião de câmara de 16 de abril de 2014, passou praticamente um ano, e não há mais andamento sobre esta matéria. -----

O que continuam a ver no concelho é toda a gente a aprovar publicidade onde lhe apetece, painéis publicitários onde lhe apetece, abertura de publicidade onde lhe apetece, e a colocar painéis enormes, de 6x3, 8x4, 23x42, onde a “malta” quer e lhe apetece, sem um regulamento. As juntas de freguesia fazem o que querem e lhes apetece, ninguém tem nada a fazer, e aliás uma vez, quando os membros da Coligação Novo Rumo chegaram à reunião de câmara, tinham uma publicidade da Vodafone no Largo da Câmara, sem a autarquia dizer coisa nenhuma. -----

Portanto, o fundamental é moralizar a publicidade no concelho. A câmara municipal tem que assumir o seu compromisso, e que rever todos os contratos de publicidade que tem, a começar pela JCDecaux. Não se pode ter um ativo importante no concelho dividido desta forma, que depois ninguém sabe bem quanto vale, em cada junta de freguesia, quando o que se deveria era ter uma avaliação conjunta, e em seguida a moralização e fiscalização à altura desta publicidade. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que a discussão pública já aconteceu, e, não tendo sido a Srª Vereadora Fátima Antunes que começou com este processo, é quem tem agora a responsabilidade de agendar este ponto, e agradece que diga aos serviços para se fazer o agendamento rapidamente. Julga ainda que a Srª Vereadora poderá já dizer algo, porque há também já alguma matéria para informação. -----

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, cumprimentando todos os presentes, dizendo que relativamente ao regulamento da publicidade tem a informar que ele está pronto, mas em virtude de nova legislação que saiu recentemente sobre o “Licenciamento Zero”, em que o regulamento tem que ter em conta alterações que resultam desta nova legislação, só poderá vir depois a reunião de câmara após o dia 1 de março, o que acontecerá. -----

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 035

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
OBRAS NA ENTRADA NORTE DE VILA FRANCA DE XIRA - REUNIÕES COM A
ESTRADAS DE PORTUGAL-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo não saber se o Sr. Presidente está a seguir mais ou menos a política do Dr. António Costa em Lisboa, que é a de lhe perguntarem a informação, e ele não a divulgar até o Supremo dizer: "Então divulgue lá o que o senhor andou a avaliar sobre as obras municipais e os resultados".-----

Não sabe o que é que ele queria esconder, não faz ideia, mas volta a perguntar ao Sr. Presidente que reuniões existiram com a Estradas de Portugal, que projetos é que a Estradas de Portugal entregou à câmara municipal, e qual foi o parecer da câmara municipal e dos seus serviços sobre aquelas obras, porque uma parte foi feita e os problemas continuam lá.-----

As inundações e os problemas de acessibilidades continuam lá, pelo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que é que efetivamente foi tratado com a câmara municipal, e o que é que a mesma falou sobre essa matéria, para ficarem a par de tudo isto.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que crê que sobre as obras da entrada norte de Vila Franca de Xira tem que analisar, porque pensou, se calhar erradamente, que já tinha seguido para os membros da Coligação Novo Rumo informação sobre a matéria, pelo menos o Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas já lhe fez chegar a informação.-----

Pode ser que esteja equivocado, mas vai saber.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **036**

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
JANGADA CULTURAL -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber o ponto de situação da Jangada Cultural, deste grande investimento cultural no concelho, que iria revolucionar a cultura em Vila Franca de Xira. Não sabem onde é que está a Jangada Cultural, sabem que os motores, alguém os levou, e quanto ao resto, serviu de apoio pontualmente na Póvoa de Santa Iria, como cais de amarração. -----

Desde essa altura não sabe onde está a Jangada Cultural. Sabe que custou muito dinheiro à câmara municipal, e investimentos comunitários, convindo que se soubesse onde está, porque efetivamente é mais um legado importante que se deixa para o futuro deste concelho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que tem que se aproveitar a Jangada Cultural o melhor que se souber. De qualquer modo, foi um investimento que tinha um determinado pensamento, que infelizmente não teve sequência, por aquilo que se sabe, do furto dos motores, e por isso agora têm que se encontrar soluções para a sua rentabilização. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que a Jangada cultural está no sítio onde estava previsto que estivesse, não há nenhum desaparecimento sob o ponto de vista do equipamento, ele tem servido e tem-se conseguido utilizar como cais de acostagem em diversos locais. Esteve na Póvoa bastante tempo, durante a realização das obras da zona ribeirinha sul, e dentro de dias vai para a Vala do Carregado, para reforçar o cais de acostagem naquela zona. -----

Enfim, apesar dos danos e do furto que o Sr. Presidente referiu, tem-se procurado que a jangada, enquanto infraestrutura de acostagem, tenha utilização, sendo que, sob o ponto de vista efetivamente de espetáculo, não tem sido possível garantir a sua utilização. -----

De qualquer das maneiras, o importante é que se utilize para um fim que também comporta, e que vem resolver alguns problemas de acostagem em sítios do concelho, e neste momento vai reforçar o cais de acostagem na Vala do Carregado.

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando, na sequência do que disse o Sr. Vice-Presidente, do reforço à amarração na Castanheira do Ribatejo, que há uma



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº _____

Pensa que era importante, que a câmara municipal deveria acompanhar de perto estes trabalhos, e deveria verificar o que se está a fazer para, no futuro, se ter mais navegabilidade e mais qualidade ao serviço dos cidadãos e da indústria do concelho. -----



Deliberação nº

Respondeu o Sr. Presidente que se vai tentar este ano encontrar soluções, remodelando a iluminação. Ainda são matérias com alguma exigência técnica e também financeira, mas vai-se ver se se consegue fazer este ano. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO DE 11 DE MARÇO E QUESTÕES RELATIVAS À
ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, tanto para a questão da navegabilidade no Tejo, como para uma questão que o Sr. Vereador Nuno Libório quer também colocar, certamente se vai ser expedito o suficiente para ainda se falar sobre elas, porque já se está muito em cima do acontecimento.-----

Assim, passará seguidamente à discussão da ordem do dia, mas pretende apenas fazer um pedido. O Comando Metropolitano da PSP de Lisboa solicitou, e pensa que terá feito bem, e acedeu, que as cerimónias da comemoração do seu 148º aniversário fossem feitas em Vila Franca de Xira, no dia 11 de março. No dia 11 de março há reunião de câmara, e para permitir que alguns dos presentes tenham possibilidade de estarem presentes nessas comemorações, julga que valeria a pena alterar o dia da reunião. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que pode ser o dia ou a hora. -- Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que percebe o que o Sr. Vereador quer, mas propõe que passe para o dia seguinte, que é dia 12, à mesma hora de sempre. Por isso coloca a questão, e desta forma todos os que quiserem participar nesta comemoração ou celebração poderão fazê-lo. Se todos estiverem de acordo, a reunião do dia 11 de março passa para o dia 12 de março. -----

Questionou o Sr. Vereador Nuno Libório se não dá para a reunião ser no dia 11 de março, a outra hora, ao que o Sr. Presidente respondeu que já tem a sua agenda completamente comprometida, e esse é que é o problema. -----

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que com a anuência, sem grande entusiasmo, de todas as bancadas, a reunião passa para o dia 12 de março. -----

Pensa que é um momento que é raro acontecer, de maneira que julga que todos os que tiverem disponibilidade deveriam estar presentes, sendo que no dia anterior, dia 10, há também um concerto da banda da PSP no Ateneu, e estão todos convidados, em nome do comando da PSP.- -----

Prosseguiu, referindo que há pedidos de intervenção para os pontos 2, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 34, 35, 36, 41, 44, 45, portanto, todos os outros estão aprovados por unanimidade. -----





Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº _____

No texto do requerimento não consegue aduzir, mas ir-se-á agendar naturalmente.



Deliberação nº **048**



1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 548/15, de 02/02, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/01/19 e 2015/01/30.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 548/15, de 02/02, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a sua intervenção é muito simples. O Sr. Presidente ficou de tomar em linha de conta a preocupação dos membros da CDU relativamente à possibilidade, de acordo com as suas competências legais, de atribuir um abono por falhas às rececionistas das piscinas municipais, e muito sinceramente não compreenderam se o Sr. Presidente os acompanhava nesta possibilidade, ao abrigo das posturas do direito de trabalho aplicáveis. Impõe-se esclarecer, porque, de facto, têm vindo a ser questionados pelos trabalhadores em concreto, e parece-lhes que, no mínimo, o que a câmara municipal terá de fazer é tomar uma decisão em definitivo sobre esta matéria, sendo que acompanham, pelo aquilo que lhes é dado a conhecer por esses trabalhadores, o sentimento de que têm direito efetivamente a esse abono.-----
O Sr. Presidente interveio, respondendo que, como o Sr. Vereador Nuno Libório já deve ter reparado, a preocupação é ir ao encontro daquilo que é possível, e também não deixar que a câmara municipal não cumpra o que é exigível. Neste momento, sobre essa matéria, aquilo que solicitou foi para perceber quais são os trabalhadores que estarão envolvidos no abono para falhas, porque quer saber em profundidade quem são, e se efetivamente continuam a trabalhar e têm funções



Fl. Ata 043

Reunião de 2015/02/11

Proc^o

Deliberação nº

em que a exigência do abono de falhas seja necessária ter em linha de conta.-----
Portanto, a breve trecho essa matéria será resolvida, quando tiver todas as
informações de que ainda não dispõe. -----

O que o Sr. Vereador pode transmitir a quem lhe perguntar alguma coisa sobre a matéria é que a câmara municipal honrará os compromissos que tem que honrar, naturalmente.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que, até aproveitando a presença dos vereadores com pelouros, porque quando não se sabe pergunta-se, o conhecimento que os membros da CDU têm é que esta informação há algum tempo que já é do conhecimento de quem tem de ter acesso a ela, nomeadamente o vereador em concreto, e é uma decisão que muito espanta ao próprio que ainda não tenha sido colocada ao nível da decisão e das competências que o Sr. Presidente detém neste órgão. Portanto, a pergunta que faz é: De facto, da parte da vereação respetiva, já houve ou não encaminhamento desta preocupação dos trabalhadores? -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que aquilo que pode dizer e repete é que esse assunto está a ser analisado e vai ser resolvido. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



FL:Ata 044

Reunião de 2015/02/11

Proc^o

Deliberação nº _____

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Decreto-Lei nº 25/2015, de 6 de fevereiro, I série, que explicita as obrigações ou condições específicas que podem fundamentar a atribuição de suplementos remuneratórios aos trabalhadores abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como a forma da sua integração na Tabela Única de Suplementos. -----

Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 045

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/01/22 e 2015/02/04, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----



3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais -----18 460 460,43€
Dotações não Orçamentais ----- 1 940 794,90€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais ----- 3 463 581,05€
Dotações não Orçamentais ----- 719 060,05€



3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – SETOR DE TURISMO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – JORGE MIGUEL LOPES DE CARVALHO --

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 605/15, de 04/02, do DGAFJ/DRH, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável ao contrato de prestação de serviços por avença, pelo período de 287 dias, a celebrar com Jorge Miguel Lopes de Carvalho, para exercer funções no setor de turismo, nomeadamente na área de planeamento, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 605/15, de 04/02, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 2/15, de 07/01, do DEC/DCTPM, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que, lendo a comunicação interna que é feita em relação a este contrato de prestação de serviços, há algumas questões que os membros da CDU gostariam de colocar.-----
Aprovou-se um mapa de pessoal há relativamente pouco tempo, e pelos vistos não se deu conta da necessidade deste serviço. Portanto, entra-se numa situação de requisição deste serviço a um trabalhador através de contratos de emprego inserção - CEI, que infelizmente na câmara municipal rondam os 300 trabalhadores, como se sabe. Felizmente os serviços prestados por esta pessoa mostraram-se vantajosos para a câmara municipal, e agora decidiu-se que, de facto, é preciso abrir um concurso público para se poder incluir a título definitivo um quadro com essas capacidades.-----
Está-se a falar dum quadro que tem como objetivo o planeamento de serviços ou

de iniciativas que são sempre as mesmas, são necessidades permanentes, Feira de Outubro, Colete Encarnado, Semana Cultural, e portanto espanta-os que, de facto, só agora se tivesse a noção da importância de planear estas iniciativas no âmbito até da Direção-Regional de Turismo.-----

Também não conseguem perceber, e pensam que faz todo o sentido, até porque já pediram em situações anteriores, que os próprios serviços pudessem dar uma visão daquilo que é este trabalho, de uma forma mais aprofundada. Há a Feira de Outubro e o Colete Encarnado, mas, de facto, o que faz um planeador, um indivíduo que faz o planeamento destas atividades? -----

Gostariam de pedir uma justificação maior, como já aconteceu em outros casos, ela não aparece, e lamentam que não tenha sido já aberto o concurso, e que agora se tenha que fazer uma avença, que é algo que se deve usar para um profissional liberal, para aquilo que são necessidades permanentes destes serviços. Desta forma, os membros da CDU vão votar pela abstenção, mas pedem, para a próxima vez, da mesma forma que já fizeram para outras situações, que os serviços lhes justifiquem o trabalho e a necessidade de uma forma mais pormenorizada.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que se irá fazer chegar a informação. -----

Abriu-se um concurso, que pode não vir a ser para esta pessoa, naturalmente, e aquilo que a Srª Vereadora refere é bem verdade, por vezes vêm trabalhar com a câmara municipal pessoas de altíssima qualidade, que se gostaria muito que ficassem. Porém, há restrições, como se sabe, em termos de admissão de pessoal, e tem que se gerir o pessoal que se tem e que gerir estas possibilidades dos CEI e CEI+, das candidaturas que se fazem ao Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP. -----

Este trabalhador tem uma particularidade, naquilo que é um conhecimento que nem todos têm, sobre a área da festa brava e da tauromaquia. É uma área, como se sabe, em que mesmo os que não gostam, não são indiferentes, e os que gostam querem que estas atividades sejam feitas com qualidade, e esta pessoa tem demonstrado, desde que está a trabalhar na câmara municipal, na área do turismo, esse perfil, essas qualidades que são absolutamente necessárias, da interligação nas várias componentes do que diz respeito à tauromaquia, o relacionamento com

os “ganaderos”, os campinos, enfim, com todo este mundo, que é muito específico e não é nada simples, como certamente a Srª Vereadora saberá. -----

Esta pessoa, ao sair da câmara municipal, iria trazer, de facto, alguma dificuldade, e portanto está-se a falar de uma excecionalidade, não de uma regra, porque se se pudesse ficar com todos aqueles que se gostaria muito que ficassem, era ótimo, simplesmente as quotas são o que são. Neste momento, como a Srª Vereadora sabe, a própria legislação exige que só se possa, em termos de gastos com o pessoal, ter um valor que é a média dos 3 anos, e no caso da câmara municipal só se poderão gastar em 2014 à volta de 16 milhões de euros, perto de 17 milhões de euros, não se podendo gastar nem mais nem menos. -----

É com isto que se tem que trabalhar, e é com este valor que se têm que gerir as necessidades de pessoal que se têm.-----

Crê que se vai conseguir, porque as coisas estão perfeitamente controladas, agora isto cria alguma dificuldade de admissão de pessoas que também fazem falta, mas certamente vão-se priorizar outras. Já disse que a grande prioridade é a admissão de pessoal operário, pois houve muita gente que se aposentou, e outros, por razões diversas, tiveram que ser transferidos para outros serviços, por recomendação médica, de maneira que a grande exigência será nesse domínio.-----

Este é um caso excecionalíssimo, não é mais que isso, sem prejuízo dos muitos que gostaria que ficassem na câmara municipal, por aquilo que os serviços lhe dizem, e por aquilo que os vereadores respetivos lhe informam, que determinada pessoa é excelente e que se tem que ir embora. É assim, só que não há condições de a manter, e é muito injusto, é extremamente injusto. São as regras que se têm, é com elas que se tem que funcionar, apesar de reconhecer e estar de acordo com muitas coisas que a Srª Vereadora disse.-----

De qualquer modo, solicita à Drª Maria João Carraça que faça também uma informação complementar para enviar aos Srs. Vereadores da CDU, a dizer, especificamente, o que é que este trabalhador faz nestas áreas que são assumidas integralmente por ele. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, pedindo um esclarecimento sobre uma situação que o Sr. Presidente disse, de gastos com salários, o que quer dizer que há mais uma situação em que realmente se continua no pior que se calhar se faz

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata **050**

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

no mundo, “tapa-se o sol com a peneira”. Não se pode fazer um contrato de trabalho, mas depois gasta-se dinheiro com uma avença. Isso não vai a rubricas de pessoal? -----

O Sr. Presidente Interveio, respondendo que para resolver em definitivo esta questão abriu-se um concurso, um concurso de assistente técnico para colmatar esta situação, e daqui, das duas uma, ou este trabalhador concorre e fica bem classificado, ficando na câmara municipal, ou então vai ter que vir outro cujas características têm que ter estas particularidades que acabou de falar. Já se abriu o concurso, e esta questão da avença é só para não se ficar agora sem este trabalhador, que faz falta. Se este trabalhador concorrer e ficar bem classificado, o assunto fica resolvido em definitivo, se não for ele virá outra pessoa, tem é que ter estas características. Quer-se um assistente técnico que tenha particularidades muito ligadas a esta área, que é para isso que é precisa.-----

Portanto, já se tomou essa decisão, mas até que o concurso se desenvolva entretanto ele ia embora, e criava uma dificuldade.-----

Desta forma, é o que pode dizer, sendo que o ponto é então aprovado, com a abstenção da CDU.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA)-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 480/15, de 28/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de um procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho para técnico superior (área de educação física). -----



3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 480/15, de 28/01, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 31/15, de 22/01, do DASDEDS/DDE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE ENGENHEIRO DE MÁQUINAS)-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 604/15, de 04/02, do DGAJF/DRH, para aprovação da abertura de um procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho para técnico superior (área de engenheiro de máquinas).-----



3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 604/15, de 04/02, do DGAJF/DRH, e comunicação interna nº 32/15, de 23/01, do DASDEDS/DDE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que neste ponto se propõe a contratação de um engenheiro mecânico para a Divisão de Desporto e Equipamentos, para executar com autonomia três funções.-----
A primeira é a monitorização e operação dos equipamentos eletromecânicos das piscinas municipais, e chama à atenção, porque se tem, nesta ordem do dia, o ponto 14, onde se irá votar a contratação de serviços de manutenção preventiva, periódica e especializada dos equipamentos eletromecânicos das centrais técnicas de todas as piscinas municipais do concelho de Vila Franca de Xira. -----
A segunda função será coordenar a central técnica com responsabilidade na gestão dos alarmes de intrusão e incêndio e das regas dos espaços verdes do concelho.----
A terceira será coordenar a equipa de manutenção preventiva e corretiva de apoio aos equipamentos desportivos. -----



Assim, gostariam de ser esclarecidos sobre as três seguintes questões: -----

A contratação deste engenheiro mecânico irá dispensar no futuro a contratação de serviços de manutenção, conforme está no ponto 14 desta ordem de trabalhos?-----

Quem coordena atualmente a central técnica pode continuar a fazê-lo no futuro? ---

Por quantas pessoas é constituída atualmente a equipa de manutenção preventiva e por quem é coordenada? -----

O Sr. Presidente interveio, passando a palavra ao Sr. Vereador António Félix, para explicar melhor, na medida em que é a pessoa que tem esta responsabilidade, que colocou todas estas questões e a necessidade deste concurso, de acordo com aquilo que é efetuado em termos de manutenção preventiva, que no ponto de vista da câmara municipal é absolutamente necessário. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, referindo que há duas situações distintas. No ponto 14 trata-se, especificamente, da manutenção de um determinado equipamento, e este engenheiro mecânico que se pretende admitir fará a manutenção de todos os equipamentos, de todas as situações. É, como se costuma chamar, o 112. Antigamente era o 115, agora é o 112, acontece qualquer coisa, e ele e a sua equipa, que nesta altura é de 4 elementos, aparecem.-----

Esta equipa, para além desta assistência que dá aos equipamentos desportivos, já está a dar assistência às escolas, uma situação que se pretende ver resolvida e reforçada, no sentido de se poder chegar a mais sítios do que se chega nesta altura. É uma equipa fantástica, que consegue resolver problemas que surgem, às vezes na hora, praticamente, e esse trabalho é muito importante, pelo que é muito importante que este técnico seja admitido e coordene esta equipa. -----

Relativamente à central técnica, ele pode continuar no futuro a ser o responsável pela central técnica, ainda que nessa questão se tenha aprovado recentemente uma forma de gestão, nomeadamente dos alarmes, porque exigia, e aliás o ponto veio a reunião de câmara, uma série de investimentos avultadíssimos, tendo-se optado por contratar uma empresa para fazer a gestão. De qualquer maneira, o responsável pela central técnica continua a ser este engenheiro mecânico. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, agradecendo ao Sr. Vereador António Félix pelas respostas, lembrando que falta responder à terceira questão, sobre quantas pessoas é constituída atualmente a equipa de manutenção preventiva. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **054**

Reunião de 2015/02/11

Procº _____



Deliberação nº _____

O Sr. Vereador António Félix tomou a palavra, respondendo que são 4. Provavelmente o Sr. Vereador não se apercebeu, mas o próprio disse que são 4, e que se gostaria que fosse reforçada. Aliás, como estava o Sr. Vice-Presidente a dizer, são um bocado os “MacGyvers” da câmara municipal, que resolvem aquelas situações mais complexas, e que às vezes permitem que os equipamentos continuem a funcionar, não se estando à espera que alguém venha de fora para poder resolver. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se a situação deste engenheiro poder operar com os equipamentos eletromecânicos das piscinas municipais será só numa solução de recurso, ou um apoio a quem estiver depois responsável pela sua manutenção. -----

Respondeu o Sr. Vereador António Félix que são equipamentos muito específicos, e é natural que numa situação de recurso ele possa dar apoio, mas tinha que ter uma especificação, uma formação e especialização naqueles equipamentos. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE TÉCNICO (VIGILANTE RECECIONISTA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL--

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 585/15, de 03/02, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do recrutamento excecional das candidatas Maria Inês Patrício Rodrigues e Cristina Isabel Carujo Dias, posicionadas a seguir na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para assistente técnico (vigilante rececionista). --



3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 585/15, de 03/02, do DGAFJ/DRH, comunicação interna nº 333/14, de 24/07, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – COORDENADORA TÉCNICA – CELESTE DA CONCEIÇÃO FERNANDES PARGANA ALBERTO CALDEIRA -----

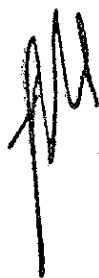

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 379/15, de 22/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão efetuado pela trabalhadora Celeste da Conceição Fernandes Pargana Alberto Caldeira, detentora da categoria de coordenadora técnica, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 379/15, de 22/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara com proposta do seguinte teor: “Tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido supramencionado”. -----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que passará a palavra à CDU, para falar sobre os pontos 10, 11 e 12. -----
O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que o Governo, a coberto de um legítimo direito dos trabalhadores, que é o de pedirem a rescisão, fez uma lei, uma portaria, que origina a extinção de postos de trabalho. -----
A CDU, não concordando com a extinção de postos de trabalho, veja-se o caso do que está a acontecer em serviços públicos essenciais como as Finanças e a Segurança Social, do próprio garrote que é feito à autonomia do poder local, os constrangimentos financeiros, em suma, as consequências desta política de direita, abstém-se nesta votação, porque tem o entendimento que esta é uma decisão que emana da intenção e vontade expressa do próprio trabalhador. Os seus membros apelam que, independentemente do sentido negativo da portaria, que rejeitam e



Fl. Livro _____

Fl. Ata 054

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

combatem, e tudo farão para que deixe de ser uma realidade, do ponto de vista das implicações legislativas para o poder local, o presidente da câmara deva fazer depender sempre, ou melhor, deva sempre apresentar o seu parecer sobre a manutenção dos postos de trabalho, que é aquilo que se afigura como preocupante em todo este processo. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo ao Sr. Vereador Nuno Libório que lhe parece haver alguma contradição no seu discurso. Querem-se manter os postos de trabalho, e portanto, no que diz respeito à CDU, aquilo que entende é que os seus membros também estão de acordo com isso, e estar a colaborar para a extinção de um posto de trabalho não é uma situação com a qual se possa estar de acordo, nem tão pouco a própria legislação permite. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que pensa que o Sr. Presidente não deteve o essencial e estruturante da intervenção do próprio, com o devido respeito. -----

Respondeu o Sr. Presidente que provavelmente na totalidade não reteve. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que o próprio repetiu, em nome dos membros da CDU, aquilo que lhes assiste dizer sobre esta matéria, e volta a fazê-lo com toda a intenção expressa nessas palavras. Estão contra a extinção dos postos de trabalho, mas não é isso que se está hoje a analisar, está-se a analisar uma vontade expressa de um trabalhador ou trabalhadores envolvidos em todo este processo. Portanto, o Sr. Presidente deve reter a preocupação da CDU, que é aquilo que no essencial se afigura aos seus membros como fundamental, é um direito e uma decisão legítima de todo e qualquer trabalhador, ao abrigo de uma lei que combatem, com a qual não concordam, e que infringe pesadas regras sobre a administração local. É um direito que assiste ao trabalhador, e é nesse sentido que assumem, coerentemente, o sentido de voto de abstenção. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que os membros do PS não têm nada a dizer relativamente à questão da posição de voto da CDU, mas o próprio recorda que no início deste processo a CDU manifestou uma posição na câmara municipal, de que a mesma não devia aderir a este programa. Ora, depois verificou-se que era indiferente a câmara municipal aderir ou não, porque a lei obrigava a que



todos aderissem, mas se por acaso tivesse havido essa vontade e a câmara municipal não tivesse aderido, não havia sequer condições para nenhum trabalhador fazer esta proposta. Nessa medida é que há alguma contradição de princípio, mas, relativamente à posição em concreto, não têm nada a dizer sobre essa matéria.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, em primeiro lugar, gostaria de dar uma opinião, não tanto sobre a especificidade da lei, mas eventualmente sobre a oportunidade que a câmara municipal tem de poder, em colaboração com os trabalhadores e os sindicatos, fazer e projetar a sua gestão no futuro e, de acordo com aquilo que os membros da Coligação Novo Rumo têm vindo a assistir, nomeadamente nas 2 ou 3 últimas reuniões da câmara, sobre a manifestação de vontade de um conjunto de trabalhadores, que por uma razão ou outra manifestam voluntariamente a vontade de sair da câmara municipal. -----

Pensa que a câmara municipal deveria fazer uma avaliação séria dos recursos humanos, uma avaliação séria de quais são as diretrizes internas para que isto pudesse acontecer, e não tanto ficar fechada numa alínea da lei que implica a extinção do posto de trabalho, e por uma razão simples, os mesmos que não aceitam a extinção do posto de trabalho na administração pública são os mesmos que exigem a extinção do posto de trabalho na iniciativa privada, para permitirem que os privados possam despedir os seus trabalhadores. -----

Quem andou no movimento sindical sabe que isto é assim, uma das razões que quando um trabalhador, e que por acaso até não quer, tem para se defender, é dizer: “Bem, você só me pode despedir se extinguir o posto de trabalho, você não me pode despedir para amanhã admitir um tipo para o meu lugar, porque senão o que está a querer fazer é mandar-me a mim embora”. Pensa que é preciso cuidado com esta questão, independentemente de se poder achar que é mais ou menos restritiva. -----

Se não se estiver preocupado com a clubite, e a clubite entenda-se, “porque esta lei foi feita por esta gente de esquerda que governa o país, estou contra”, e se se estiver preocupado em dizer que se tem um instrumento que permite à câmara municipal, a esta ou outra qualquer, ter uma gestão da política de recursos humanos a um conjunto de anos à frente, e que não é a câmara municipal que está





Fl. Livro _____

Fl. Ata 059

Reunião de 2015/02/11

Procº _____



Deliberação nº _____

a dizer, “eu tenho que mandar 20 trabalhadores embora”, são os trabalhadores que dizem, “epá! Eu tenho outras oportunidades, vou fazer outras coisas, quero sair, deixem-me sair”, a câmara municipal teria, eventualmente, oportunidade de poder admitir gente mais nova, e outras pessoas que pudessem ajudar a desenvolver o seu trabalho e objetivo no futuro, sem estar numa perspetiva de dizer, “quero-me desfazer daquela unidade da câmara municipal”. Não é isso, quer-se rejuvenescer a câmara municipal, e até há um conjunto de trabalhadores que quer sair, procurar outras oportunidades ou não quer fazer mais nada porque já fez, agora quer viver a vida, cuidar dos netos ou fazer outra coisa qualquer. -----

Portanto, pensa que a câmara municipal, em conjunto com os trabalhadores, com a comissão de trabalhadores e os sindicatos, deveria estabelecer um objetivo para futuro, e é o que pensa que deveria fazer.-----

Agora, quanto à questão do folclore, e não podia terminar sem ela, não deixa de ser interessante que a CDU tenha duas posições. Antigamente chamava-se aos tipos que eram teimosos, “teimosos”, hoje chamam-se “resilientes”, diz-se que “o tipo não é teimoso, é resiliente”. Antigamente, às pessoas que tinham infelizmente alguns problemas, lembra-se, quando era miúdo, que se dizia na rua: “Olha, infelizmente aquele senhor ou senhora não está bem da cabeça, é maluco ou outra coisa”, hoje não, hoje é bipolar. O próprio também tem o seu “q” de bipolaridade, não tem problema, pelo que não se está a pôr fora, mas assiste nesta reunião a uma intervenção bipolar, o que é uma coisa extraordinária. “Não posso estar contra o pedido dos trabalhadores, malandros, que, querem sair, porque eles são trabalhadores e quiçá até sindicalizados, criam-me um problema na organização, mas tenho que estar contra o Governo. Portanto, tenho dificuldades em explicar aos trabalhadores, malandro, tu não estás a perceber que isto é mau e queres, e não posso vir aqui dizer que tu, malandro, estás a aceitar uma coisa, pelo que digo não, malandro do Governo, que não dá oportunidade à câmara municipal”.-----

Considera que não é assim, claro que dá escolha, como se o facto de extinguir o posto de trabalho inviabilizasse a contratação de algum trabalhador. Amanhã poder-se-á aprovar, numa reunião de câmara, um novo quadro de pessoal, com um conjunto de outros lugares, e contratam-se as pessoas da mesma forma. Portanto, tudo o que está a ser discutido é um “fait-diver”, e o Partido Comunista, costuma-



Fl. Livro _____

Fl. Ata 030

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

se dizer, está “entalado”. “Entalou-se”, pois tem os trabalhadores a quererem fazer isto, e por outro lado tem o discurso oficial de dizer: “Malandros destes gajos de esquerda, que estão a resolver os problemas das pessoas. Como é que a gente resolve isto?” Este é que é o problema da bipolaridade nos recursos.-----

Centrando-se na questão, pensa que a câmara municipal deveria seguir o exemplo de alguns outros municípios que têm contratos assinados com todos os sindicatos, da esquerda à direita, com acordos que não são só as questões das 35 horas, são para lá disso. Pensa que a câmara municipal deveria seguir esses exemplos, porque devia possibilitar aos seus trabalhadores terem outros horizontes, outras possibilidades de desenvolvimento na carreira e terem outras funções. Pensa que os políticos têm essa obrigação, em colaboração com os seus funcionários, colaboradores e entidades sindicais, e em conjunto, definindo uma estratégia de futuro. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que antes de passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para fechar estes pontos, só gostaria de referir uma questão. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, pedindo para intervir, ao fim ao cabo, nestes três pontos. -----

O Sr. Presidente interveio, passando-lhe então a palavra. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo, de uma forma muito simples, até porque não tem o “jeito verborrágico” do Sr. Vereador Rui Rei, que os membros da CDU também devem ser “os patetas” que, mesmo contra a lei, pensam que as leis nunca são para cumprir. Aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei acabou de dizer foi que a lei diz: “Extinga-se o posto de trabalho, mas a seguir não faz mal, cria-se um novo posto ao lado”. Foi o que o Sr. Vereador Rui Rei acabou de dizer, a extinção do posto de trabalho é um “fait-diver”, porque a seguir aprova-se em reunião e contratam-se novamente as pessoas para aquele lugar, aproveitando-se para rejuvenescer. Foi isso que registou da intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, as leis que o Governo, do Sr. Vereador, faz aprovar são “fait-divers”, não são para cumprir, porque a seguir podem-se romper. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que cada um dos vereadores já disse o que tinha a dizer. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando quantos trabalhadores auxiliares

não sabe do quê a CDU tem nas suas câmaras municipais a exercerem outras funções. Quantos trabalhadores que têm o nome de empregados de limpeza a CDU tem nas suas câmaras municipais a exercerem funções de contabilidade? E vêm falar-lhe de legalidade? Quantos estão nas juntas de freguesia que têm a função X, e exercem o trabalho Y? E vêm falar-lhe de legalidade? Pensa que o Sr. Vereador Rui Pereira deverá ir ver, nas suas juntas de freguesia, se assim é.-----

Para terminar, o que diz é que há presidentes de junta que não aplicaram as 35 horas. Sabe o que é que fazem? Fazem jornada contínua. Isso é legalidade ou é furar a lei, Sr. Vereador? O Sr. Vereador tem-nos no concelho de Vila Franca de Xira, alguma vez se manifestou contra? É do seu partido, não é? Dói, não dói? Mas é furar a lei, já lhe foi dizer que ele não estava a verificar a lei?-----

O Sr. Vereador não foi, pelo que quando tiver moral vem à reunião de câmara, e fala para toda a gente.-----

O Sr. Presidente prosseguiu, referindo que às vezes fica perplexo, e questiona-se como é que as coisas sérias se tratam assim. O Sr. Vereador Rui Rei tem todo o tempo, apesar de relativamente, para ripostar as questões que lhe são colocadas, não pode é interromper quando o próprio está no uso da palavra, se não se importar. Tem direito à indignidade, tem direito a tudo o que quiser, mas tem direito também a respeitá-lo na condução destas reuniões. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que o Dr. Mário Soares também diz que toda a gente tem direito à indignação. -----

O Sr. Presidente retomou a palavra, concordando, mas no momento próprio, tem que se indignar no momento próprio.-----

Aquilo que quer dizer é o que há pouco acabou de referir, não que esta seja uma matéria fundamental, mas é a exigência que a lei impõe, ou seja, ainda há pouco referiu que há menos de 17 milhões de euros para resolver questões que têm a ver com pessoal, e essa também é uma matéria que não é despiciente. Por outro lado, não se quer que estes postos de trabalho sejam extintos, porque senão é tudo uma grande contradição. Por um lado, está-se sempre a dizer que é preciso admitir mais pessoal, mas depois, porque estes trabalhadores solicitam a rescisão do seu posto de trabalho, já não há problema. Nesta matéria tem que se saber para onde se vai, e naquilo que diz respeito a quem está a gerir a câmara municipal, sabe-se por



onde se tem que ir, tem que se cumprir naturalmente a lei.-----

Agora, só quer referir um aspeto que o Sr. Vereador Rui Rei falou, e pede para o mesmo o ouvir, pois era uma ajuda que poderia prestar, ou seja, que nos meios político-partidários a que pertence o Sr. Vereador possa influenciar ou encontrar maneiras de influenciar o Sr. Secretário de Estado a não se “meter” na autonomia do poder local. O Sr. Secretário de Estado não tem que assinar acordos coletivos de entidade empregadora pública - ACEP, coisa nenhuma, o Sr. Secretário de Estado tem que se limitar a aceitar, sem subescrever coisa nenhuma, acordos que foram, com toda a liberdade, subscritos pelas centrais sindicais, tanto da UGT, como da CGTP. Por isso, há muitas matérias que a câmara municipal ainda não implementou porque o Sr. Secretário de Estado entende, e no seu ponto de vista mal, que tem que subscrever um acordo coletivo de trabalho no qual não teve interferência absolutamente nenhuma, que não conhece, nem sabe as incidências da sua discussão.-----

Parece-lhe, de facto, que o Estado, o Governo, e o Sr. Secretário de Estado em particular, devem deixar a câmara municipal trabalhar, deixá-la resolver as suas situações, pois tem condições de, numa relação que se quer que seja a mais profícua possível com os sindicatos, conseguir ir mais além. Contudo, tem que se deixar a câmara municipal trabalhar, e não se lhe podem impor situações que pertencem única e exclusivamente à autonomia do poder local.-----

Crê que o Sr. Vereador Rui Rei também estará de acordo, não se tendo nada a ganhar com este “braço de ferro” que está criado, e que seria bastante nobre da parte do Sr. Secretário de Estado reconhecer que efetivamente o caminho está feito, e deixar fazer esse caminho de autonomia, porque tinham todos a ganhar. ---

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que esta discussão tem muito interesse, porque, sob o ponto de vista da organização e gestão dos recursos humanos, esta legislação não teve nenhum efeito, já que efetivamente o Governo nunca quis que esta legislação fosse uma medida, nem de gestão de pessoal, nem de gestão económica, nem de renovação da administração pública, o que pretendeu, pura e simplesmente, foi o resultado financeiro no final, a médio prazo, da redução de postos de trabalho na administração pública. Por isso é que põe lá aquela necessidade de extinção do posto de trabalho quando a pessoa sai, porque

se fosse uma questão de gestão, de rejuvenescimento da administração pública e até de libertação de mão de obra para outros setores, nomeadamente para o privado, tinha feito a legislação tal e qual como está, não punha aquela cláusula, porque ao não a pôr, no caso da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ou doutras, a verdade é que se poderia tomar essa opção de rejuvenescer uma parte da administração pública.-----

No caso específico desta câmara municipal, pensa que vale a pena adaptar a discussão também à realidade concreta, e já houve várias legislações de reorganização administrativa que afetaram os recursos humanos, não tendo a ver propriamente com este Governo, está a falar dos governos no geral e nas legislações que vão saindo. Quando foi da reestruturação dos serviços, das chefias da administração pública, Vila Franca de Xira também teve que fazer um "downsizing" da sua estrutura, o que foi considerado na altura, e continua-se a considerar hoje, um atropelo ao que devia ser a autonomia da administração local, que deveria ter condições para definir como queria funcionar, dentro de determinadas regras de equilíbrio financeiro. A câmara municipal teve que ter alguma redução do número de chefias, o que lhe causou dificuldades, e também às pessoas, e continua a causar. -----

Também é verdade, e aí dá razão ao que disse o Sr. Vereador Rui Rei, o que está um pouco na conversa que se tem tido, que houve outros municípios em que a redução, em vez ser de 20% das unidades orgânicas, foi de 40% ou 60%, porque efetivamente estavam organizados de uma maneira que não tinha a ver com equilíbrios de gestão, tinha a ver com outros objetivos quaisquer que não eram esses. Por isso é que tiveram que reduzir muito mais do que em Vila Franca de Xira, e é o mesmo que se diz relativamente aos recursos humanos. Eles são poucos, relativamente ao que se necessitaria que fossem, e por isso é difícil, numa situação destas, estar a admitir uma redução de postos de trabalho quando todos sabem que se precisa de mais mão de obra para determinadas áreas, não naturalmente para todas. -----

Esta gestão tem sido rigorosa, e por isso é que é particularmente difícil estar a eliminar postos de trabalho. Se se tivesse uma câmara municipal insuflada de gente, era fácil, tinha-se gente a mais, tinha-se contratado gente a mais ao longo

dos anos, mas não foi o caso, porque a gestão do Partido Socialista não tem sido essa, tem sido uma gestão rigorosa dos seus recursos. -----

Não quis deixar de introduzir esta reflexão, porque a discussão que se estava a ter, sem embargo das picardias que também se ouviram, é uma discussão que, sob o ponto de vista da autonomia do poder local, e até do que deviam ser os instrumentos de gestão de recursos humanos, eles deviam ser outros, estando a câmara municipal disponível para isso. -----

Depois, quanto a duas últimas referências, o Sr. Presidente fez uma delas muito bem na parte final da sua intervenção, quando refere que o problema, no caso específico da câmara municipal, nunca foi na negociação da administração com os sindicatos, porque inclusivamente tem o acordo firmado com ambos os sindicatos num único, coisa que até não é habitual. Aí, o problema não está no lado da câmara municipal, na negociação com os sindicatos que tem, está sim num formalismo, que no entendimento da mesma é ilegal, que o Governo está a querer impor aos municípios, e no caso também ao município de Vila Franca de Xira. -----

Nesta situação e regra em concreto, o executivo PS tem responsabilidades de gestão, e provavelmente se não tivesse, teria mais liberdade para poder umas vezes votar a favor, outras vezes abster-se e outras vezes votar contra, mas isso era fazer apreciações diferentes relativamente aos trabalhadores, que devem ser tratados de uma maneira igual.-----

No fundo, deve-se tratar igual o que é igual, diferente o que é diferente, mas no caso dos trabalhadores não convém que esta regra, que está mal feita, da lei, venha a afetar diferentemente a relação dos trabalhadores com a sua entidade patronal, no caso da câmara municipal, não se podendo depois fazer raciocínios de que se deixam sair uns trabalhadores e não se deixam sair os outros, a não ser que isso seja exclusivamente orientado pela objetividade total de que implica sempre a eliminação do posto de trabalho. Desta forma, o Partido Socialista tem trazido propostas assentes na objetividade e não na subjetividade, porque aí, como diz, os membros do PS só poderiam fazer isso se não tivessem responsabilidades de gestão. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que está completamente de acordo com o Sr. Presidente, que o poder local deveria ter autonomia de estabelecer um

conjunto de acordos e não ser obrigado a ter a chancela do membro do Governo, que pode não ser o secretário de Estado, pode ser um membro do Governo, neste caso a ministra, que nomeará o membro do Governo, mas isso é o que diz a lei. A lei que está aprovada diz taxativamente isso, e se não está enganado, diz a de 2008, e pensa até que a de 2008 nem era "destes", era "doutros". -----

Se o Sr. Presidente lhe pergunta se está de acordo que deve ter autonomia, responde que está, e se lhe pergunta que se deve respeitar a lei, não sabe, pensa que o Sr. Presidente deve perguntar ao vereador da CDU, que ainda há pouco acusava o próprio de não querer cumprir a lei. Portanto, deve-se cumprir a lei, mas os Srs. Vereadores estão contra a lei, e dizem que aí não deve ser cumprida, noutros sítios deve-se cumprir, foi o que o Sr. Vereador disse há 30 segundos ou há 1 minuto e meio atrás. -----

O Sr. Vereador poderá ver já o que disse, não tem problema, este novo sistema de gravação permite que se esteja a gravar e a ouvir do outro lado, não há problema nenhum, e aquilo que quer dizer é que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, mas independentemente dessa questão, a câmara municipal, que tem a seu cargo a gestão dos recursos humanos, pode e deve fazer a gestão dos recursos humanos, pode e deve definir regras na gestão dos recursos humanos. -----

Ao lhe perguntarem se a um trabalhador, em hipótese, que se reforme aos 65 anos de idade, deve a câmara municipal aceitar que proponha a rescisão aos 64 anos, apesar de a lei o permitir, aquilo que questiona é se é vantajoso para a administração pública e para a câmara municipal que um trabalhador aos 64 anos proponha a rescisão. É vantajoso? Pensa que pode não ser, e se calhar na maior parte dos casos não é. Como não é, diz-se que não, estabelecem-se regras, porque normalmente, quer nas empresas, quer na administração, não se devem deixar sair aqueles que fazem falta, manda a elementar regra de gestão dos recursos humanos, porque senão saem aqueles que não se querem e ficam os que não se quer que fiquem, por variadíssimas razões. -----

A gestão é isto mesmo, fazer escolhas, tomar decisões, e numa empresa, em teoria, não se manda embora quem não se quer mandar embora, quando se aplicam pacotes para sair, não se dão a toda a gente, há pessoas a quem se diz que não, que não saem, porque são precisas. Portanto, uma coisa não invalida a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 066

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

outra. O que é do campo político é do campo político, faz-se o debate político todo que se quiser fazer, outra coisa é uma gestão rigorosa disto, e a gestão rigorosa implica que, eventualmente, algumas das pessoas que queiram sair se possam deixar sair, porque há condições, no futuro, a breve prazo, de ocupar esse espaço.- Não acredita que todas estas pessoas de que se está a tratar, e eventualmente no futuro, sejam absolutamente imprescindíveis. Quando, numa organização, lhe vêm dizer que há 500 trabalhadores e são todos imprescindíveis, isso não é verdade, ou quando lhe dizem que estas medidas são todas prioritárias, não é verdade, e ou não se sabe o que se anda a fazer, ou anda-se a gerir tudo ao contrário, porque não se podem estar a tomar 100 medidas que são todas urgentes, ou são urgentes, ou são importantes.-----

Esta é que é a questão que deve ser avaliada e discutida, e quanto a isso o que julga saber é que nesta matéria do regime do contrato de trabalho em funções públicas, neste momento, quer concorde ou discorde, está a ser negociada diretamente com a Associação Nacional de Municípios Portugueses uma solução para este problema, que não sabe qual é, e, do seu ponto de vista, deveria ser o respeito pelos ACEP que foram assinados e pelos acordos que foram assinados entre os municípios e as comissões de trabalhadores e sindicatos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que o regime de trabalho em funções públicas não é exatamente igual ao regime de trabalho no privado. Já está muito parecido, mas não é exatamente igual, e no caso em concreto que está em discussão a questão não é a administração pública não deixar sair a pessoa, porque pode sempre sair, por duas razões, porque quer, e faz uma rescisão unilateral e sai, ou faz um acordo de saída em determinada data e sai. -----

O que está em causa é um outro aspeto diferente, que é o sair com uma indemnização, e aí, genericamente, está-se de acordo que devia ser uma opção, só que o problema, que não foi a câmara municipal, nem nenhuma câmara que criou, foi o Governo, na opção que pôs, da pessoa querer sair, e a administração tem que a deixar sair, ou pode deixá-la sair, com uma indemnização, mas obriga à eliminação do posto de trabalho. Essa é a questão fundamental, que, sob o ponto de vista da gestão da administração pública, tem que ser tida em conta. Se não fosse assim era mais fácil, estar-se-ia perante uma medida de gestão de recursos



Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – COORDENADORA TÉCNICA – VANDA MARIA SIMÕES BORDA DE ÁGUA PEREIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 340/15, de 20/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão efetuado pela trabalhadora Vanda Maria Simões Borda de Água Pereira, detentora da categoria de coordenadora técnica, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 340/15, de 20/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara com proposta do seguinte teor: “Tendo em vista a necessidade de manter o posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido supramencionado”.-----
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.-

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ASSISTENTE OPERACIONAL – RICARDINA MARIA RUIVO CAEIRO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 532/15, de 30/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação do indeferimento referente ao pedido de rescisão efetuado pela trabalhadora Ricardina Maria Ruivo Caeiro, detentora da categoria de assistente operacional, no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo na administração local. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 532/15, de 30/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara com proposta do seguinte teor: “Face à necessidade da manutenção do posto de trabalho em causa, propõe-se o indeferimento do pedido supramencionado”. -----
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: REGULAMENTO E TABELAS DE TAXAS E PREÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/15, de 04/02, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação, após o período de apreciação pública, do Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços da câmara municipal para 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/15, de 04/02, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo começar pelo fim, como se diz, informando que os membros da CDU vão manter o seu voto de abstenção. -----
Na reunião de câmara de 3 de dezembro passado fizeram uma análise sucinta e bastante detalhada desta situação, entrando já nos considerandos que possivelmente seriam para agora, e não os vão repetir. -----
Não há aumento de taxas, exceto as taxas de urgência dos cortes e condicionamentos de trânsito, por razões que na altura acharam que eram pertinentes, para pôr uma certa ordem e regular os pedidos de quem pretende esses serviços. -----
Registam, como registaram na altura, com agrado, não ter havido aumentos, pois têm-se sempre debatido, de há uns tempos a esta parte, para esse não aumento, tendo em causa a situação de crise e dificuldade económica que os munícipes deste concelho, e do país, passam atualmente, por culpa das políticas maldosas do Governo que se tem. Por isso algum nervoso miudinho que se vê em certas



bancadas, mas felizmente este ano de 2015, em outubro, esta situação vai ser mudada, espera, já não diz radicalmente, mas que seja totalmente mudada, e que se acabem estas políticas de destruição do tecido social do país. -----

Houve melhorias do conteúdo do texto, que também acharam por bem, a isenção da taxa do barco varino "Liberdade" para crianças até aos 11 anos, e algumas alterações aos horários. -----

Na altura também falaram da questão da jangada cultural, que hoje foi trazida à reunião, e está explícita nessa ata. -----

Levantaram as questões que consideram pertinentes, como as condições de alguns equipamentos, balneários com espaço reduzido, a falta de chuveiros em alguns equipamentos, e a manutenção deficiente, por vezes, desses equipamentos. Sinceramente, não sabem dizer se, de dezembro até agora, algumas destas situações já foram reparadas ou tomadas em conta, mas voltam a falar delas.-----

Na altura também disseram considerar que há taxas que deviam ser reanalisadas, como por exemplo nas piscinas e pavilhões, reduzindo os custos destas taxas, e do barco varino já falaram. -----

Portanto, além desta súmula e resumo que fez deste ponto, os membros da CDU gostariam, como é normal, que a ata da reunião de câmara de 3 de dezembro de 2014, onde desenvolveram mais em concreto estas opiniões, fosse anexada à documentação da sessão da assembleia municipal que vai ser realizada na próxima semana. -----

Interveio o Sr. Presidente, dando indicação ao Dr. Fernando Barreiros para anexar na remessa deste assunto à assembleia municipal a ata de 3 de dezembro de 2014.-----

Concluiu, referindo que, com a abstenção dos membros da CDU, o ponto é aprovado.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PERIÓDICA E ESPECIALIZADA DOS EQUIPAMENTOS ELETROMECAÂNICOS DAS CENTRAIS TÉCNICAS DAS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 38/15, de 03/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção preventiva, periódica e especializada dos equipamentos eletromecânicos das centrais técnicas das piscinas municipais do concelho, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 38/15, de 03/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que este ponto já começou a ser abordado na discussão do ponto 8, mas, aproveitando até o tema introduzido, se calhar de bipolares têm todos, varia é um bocadinho a percentagem. O que leva os membros da CDU a intervir neste ponto é precisamente isso, há já uma equipa do 112, mas nesta situação está-se a falar de serviços muito específicos, e questionam, até numa política de valorização real dos recursos que já se têm, para as pessoas se sentirem também motivadas e quererem continuar a estar nas funções que desempenham, se está prevista a possibilidade dessas pessoas que já tanto fazem e tanto dão, de hoje para amanhã poderem ter formação adequada para desenvolverem estas novas tarefas que se estão a contratar fora.-----





Seguramente, com aquilo que se está a pagar todos os anos fora poder-se-á num ano gastar um pouco mais com a formação das pessoas que “estão dentro de casa”, que conhecem muito bem até “os cantos à casa”, e poderão, no futuro, desempenhar estes serviços que hoje são feitos fora. Para além disso, sentir-se-ão elas próprias valorizadas, pois sentem que a gestão camarária acredita nas reais competências ou potencialidades que têm, para se tornarem em competências no futuro. -----

É isto que dizem, que se calhar a contratação destes serviços, por muito específicos que sejam hoje, se calhar também poderá passar a ser uma situação temporária, podendo formar-se pessoas convenientemente, e não serem só depois os “MacGyvers” e os 112 “cá do sítio”, quando os outros, depois, não podem vir. --- Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que em face do que foi já levantado no ponto 8, os membros da Coligação Novo Rumo compreendem a necessidade de ser dado em “outsourcing” este serviço, e não têm nada contra. --- Interveio o Sr. Vereador António Félix, mencionando que há duas questões completamente diferentes. O que a equipa que se tem de intervenção rápida faz é a primeira abordagem, e, se for um problema simples de resolução, resolve naquela altura. A questão deste ponto em concreto é muito mais profunda, implica um trabalho de manutenção em áreas muito especializadas, e uma equipa tão reduzida terá algumas dificuldades em conseguir colmatar. -----

Obviamente, se se tiver a capacidade de, internamente, aumentar esta equipa, poderá eventualmente ser possível, ainda que continue a achar que será extremamente difícil, até porque são questões muito específicas, que exigem credenciações, obrigando a um trabalho muito mais profundo. É difícil, mas não impossível, neste mundo não há impossíveis, mas são coisas completamente diferentes. Uma coisa é uma equipa de intervenção rápida, a outra é uma manutenção mais profunda dos equipamentos que são muito específicos. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que presume que estão todos de acordo com o ponto, que é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSTING E HOUSING DAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS APLICACIONAIS, REDE CORE E ACESSO À INTERNET, REDE DE COMUNICAÇÕES E REDE DE VOZ PARA O MUNICÍPIO – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL-----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 43/15, de 03/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da autorização da cessão da posição contratual, a favor da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA, resultante da fusão entre a PT Comunicações e a MEO, referente ao contrato de aquisição de serviços de hosting e housing das principais plataformas aplicacionais, rede core e acesso à internet, rede de comunicações e rede de voz para o município. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 43/15, de 03/02, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que se trata só de um mero ato formal, de mudança de nome do prestador de serviços à câmara municipal, e a propósito disto pede que a câmara municipal possa fazer chegar aos membros da Coligação Novo Rumo a evolução da despesa nesta área, desde 2008 até à presente data. -----
O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vereador António Félix, não estando o mesmo na câmara municipal desde a altura que foi referida, que, de qualquer modo, tendo os serviços essa informação, a compilem o mais depressa possível, para se entregar ao Sr. Vereador Rui Rei e também à bancada da CDU. -----



Assim sendo, este ponto é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

F. Ata 076

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº 059

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "G", SITA NO BAIRRO FUNDO FOMENTO DE HABITAÇÃO, PORTA 3, 2º DTO - ALHANDRA - ERNESTO PEREIRA MAÇÃS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/15, de 26/01, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "G", sita no bairro do Fundo Fomento de Habitação, porta 3, 2º dto, em Alhandra, pelo valor de 45 000,00€. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/15, de 26/01, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 077

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº 060

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A GARAGEM, SITA NO BAIRRO DO FUNDO FOMENTO DE HABITAÇÃO, Nº 34 – ALHANDRA – ERNESTO PEREIRA MAÇÃS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 30/15, de 26/01, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a garagem, sita no bairro do Fundo Fomento de Habitação, nº 34, em Alhandra, pelo valor de 6 250,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 30/15, de 26/01, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 078

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº 061

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA RUA AUGUSTO TOSCANO BATALHA, Nº 10, 2º DTO (ANTIGA RUA C, LOTE 18, 2º DTO), NO BAIRRO DA CHEPSI – PÓVOA DE SANTA IRIA – CHEPSI, CRL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 33/15, de 29/01, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 10, 2º dto (antiga rua C, lote 18, 2º dto), no bairro da Chepsi, na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 40 000,00€.- -----

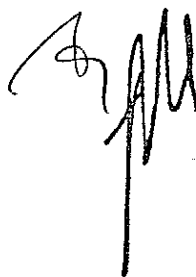
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 33/15, de 29/01, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 64/15, de 04/02, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/01/21 e 2015/02/03, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 64/15, de 04/02, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO – INÍCIO DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/15, de 02/02, do DGUPRU/DPRU, para aprovação, no seguimento da deliberação tomada em 2014/09/10, e após parecer da CCDD-LVT, do início do procedimento da 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal, implicando uma alteração aos artigos 13º, 28º e 29º do regulamento em vigor.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 10/15, de 02/02, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a opinião dos membros da CDU é muito simples. Não querem que o município repita aquilo que foi a sua prática, sob a gestão do PS, na condução da revisão do plano diretor municipal, que foi, primeiro levantar os interesses privados e fazer adequar o ordenamento do território através da revisão do PDM a protocolos e a pressões, que acharam que prejudicaram o interesse coletivo, o interesse das populações.-----
O que está em causa é uma alteração muito substantiva a questões que se prendem muito para além do ordenamento do território e das questões do ambiente, que podem colidir frontalmente com o interesse das populações, uma vez que, caso seja aprovada, em 4 de 5 pedreiras no concelho de Vila Franca de Xira poderão ser admitidas operações de instalação de depósito de resíduos de construção não perigosos, bem como a implantação de operações de gestão de resíduos de construção nas respetivas áreas.-----

Os membros da CDU pensam que aquilo que tem que ser feito relativamente às pedreiras e à falta de valorização dos impactos decorrentes dessas atividades é o Governo ser pressionado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no sentido dos planos ambientais de recuperação paisagística serem efetivamente concretizados. -----


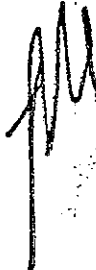
Sabendo que esta não é uma competência direta dos municípios, ou deste município em concreto, cabe à câmara municipal alertar e denunciar, exigindo a respetiva fiscalização para que não sofram mais as populações atingidas nas envolventes às pedreiras no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Consideram que a revisão de um plano diretor municipal é uma coisa muito mais séria e coerente do que aquela que está aqui hoje proposta, com o devido respeito, como é óbvio, que assiste a cada uma das iniciativas partidárias para propor alterações a um documento tão importante e estruturante como é o do plano diretor municipal. -----

Não concordam e afirmam que tudo farão para que esta medida não seja uma realidade no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, até pela voz do seu camarada, Sr. Vereador Vítor Silva, colocaram algumas questões que não foram respondidas, e voltam a dizer aquilo que na altura o próprio também disse, consideram que o plano diretor municipal de Vila Franca de Xira deve entrar em revisão imediatamente, porque ele já à época foi feito à pressa, em vésperas de eleições, e foi lá metido um conjunto de compromissos que existiam sem os objetivos estratégicos do município de Vila Franca de Xira estarem salvaguardados. -----

Votaram contra a revisão do PDM, quer o primeiro PDM que incluía algumas zonas da várzea de Vialonga que podiam ser construídas, incluindo a questão da Mata do Paraíso, que hoje é tão querida, mas na altura os arautos da defesa do ambiente defendiam e puseram aquilo em zona com possibilidade de ser edificada, e na segunda versão do PDM continua-se a ter o mesmo problema, que não é só da construção, mas o mesmo problema que não conseguiu dar a possibilidade de zonas estratégicas do concelho poderem ter acesso ao investimento de indústria e de serviços, nomeadamente a zona de São João dos Montes. Esta zona tem um



magnífico nó de acesso à A10 no concelho de Arruda dos Vinhos, e a câmara municipal não conseguiu fazer prevalecer esse objetivo, e não o conseguiu fazer prevalecer porque houve outros interesses que colocou à frente. Como, infelizmente, os PDM são jogos de compensação, porque “eu agora vou mais para a esquerda, depois vou mais para a direita e depois as entidades não aceitam mais isto e mais aquilo”, a verdade é que se chegou a esta conclusão.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo só aceitarão duas coisas, primeiro, que se faça a revisão do PDM e se contemple a estratégia do município, ou seja, o PDM como um verdadeiro plano estratégico do município, ou então têm que conhecer primeiro os interesses e os interessados nas pedreiras do concelho. Sem isso, ao estarem a permitir a alteração do PDM, estão a “dar um tiro no escuro”, porque não sabem para onde vão. -----

É bom que fique claro que os membros da Coligação Novo Rumo não são contra, porque não são os próprios que tomam a decisão, e até pensam que eventualmente pode haver o caso de algumas das pedreiras que existem no concelho de Vila Franca de Xira, até pelo seu afastamento, nalguns casos, às zonas urbanas, permitirem que esses usos sejam feitos. Não têm nada contra, aliás disseram-no no passado, até a propósito do aterro do Mato da Cruz, que há pedreiras no concelho que, se continuar a ser uma obrigação de Vila Franca de Xira, teriam essa condição, sem provocar um décimo dos impactos que aquela lixeira tem no sítio em que está neste momento.-----

Estas coisas têm que ser pensadas, refletidas e informadas, para saberem que a sua decisão com esta alteração vai afetar o “Francisco” e o “Joaquim”, que vai investir desta forma ou daquela, porque doutra forma, o que estão a fazer é a dar “um tiro no escuro” de negociações que já estão a existir, de interesses que já estão a ser efetuados, e o próprio, enquanto eleito do povo, tem que ter conhecimento destas coisas, para não se assistirem a coisas como: “Por acaso a câmara sabe de alguma coisa sobre a Mata do Paraíso”? Depois, passados 15 dias, é apresentada a proposta para o município adquirir a Mata do Paraíso. -----

São estas coisas que o próprio, que cresceu ao lado de uma repartição dos CTT e que ouvia os funcionários, uma senhora e um senhor, permanentemente a carimbar, se recusa enquanto vereador, a ser um mero “carimbador”, até porque

nos CTT isso também já acabou, agora é eletrónico e as pessoas, ou põem lá o selo, ou aquilo passa na máquina e vai. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo, quando aprovam “no envelope”, querem saber o que vai efetivamente lá dentro, para poderem decidir em consciência. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, lembrando que na primeira vez que este assunto veio a reunião de câmara aquilo que os membros da CDU referiram foi que precisavam de ter o conforto do parecer. Julga que foram os membros da CDU, mas se não foram, foram as duas bancadas, não interessa agora para o caso, o próprio é que não foi. Crê que foi a CDU que colocou que, para votar mais confortável nesta matéria, tinha que ter um parecer prévio da CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e foi isso que foi feito. O Urbª Ricardo Ramalho já usará da palavra para explicar as diligências que foram feitas junto da CCDR, o executivo PS cumpriu aquilo que foi uma determinação da discussão que houve do ponto nessa reunião. -----



Com esta iniciativa queria-se alargar àquilo que já existe no PDM, de que esta gestão de resíduos de construção possa ser feita também nas pedreiras em atividade, é só isso, não é outra coisa. -----

Como a câmara municipal tem obrigação também de resolver os problemas desta gestão de resíduos de construção, o executivo considera que deve encontrar soluções para o efeito, e esta era uma boa oportunidade, mas cada um assume aquilo que bem entende sobre todas matérias, e também nesta. -----

No seu ponto de vista, houve um lapso na revisão do PDM, foi não ter incluído logo à partida estas pedreiras, foi daquelas coisas que às vezes nem se percebe como é que acontecem, foi um lapso, devia-se ter olhado para as pedreiras no seu todo, e agora o executivo PS pretendia evoluir no sentido dessa alteração. -----

Quanto à questão de se fazer a revisão do PDM, a câmara municipal vai ter que a fazer, mas já agora valerá apenas esperar mais um pouco, até junho, no sentido de perceber efetivamente o que é que a legislação no seu todo reserva, para perceber qual é a melhor decisão a tomar. Por isso há da parte dos membros do PS alguma prudência, para depois não terem que “rebobinar” e fazer de maneira diferente daquela que pensavam. -----

No entanto, também quer dizer que na luta política cada um pode dizer o que bem



entender e quiser, mas julga que é bom referir que a revisão do PDM que foi feita permitiu uma redução significativa da pressão habitacional sobre o território do concelho, o aumento de espaços destinados a atividades económicas, o aumento de espaços para a requalificação ambiental e o aumento de zonas de terreno de REN – Reserva Ecológica Nacional e RAN – Reserva Agrícola Nacional e da estrutura ecológica municipal. São fatores importantes para a contribuição de uma melhoria significativa em termos ambientais e ecológicos do concelho. -----

Foi isso que em termos de fundo teve em vista a revisão do PDM, não reconhecer estes fatores, enfim, o PS poderia ter outra ideia sobre as matérias, mas isso contradiz em absoluto aquilo que o Sr. Vereador referiu, de que o executivo do PS fez uma revisão ao sabor de interesses deste ou daquele. Não é verdade, porque os dados que acabou de referir contrariam justamente isso, até porque, como todos sabem, houve muitas pessoas que tinham muitas expectativas sobre determinado tipo de territórios que não vieram a ser consagradas na revisão do PDM, o que trouxe grandes “incompreensões”, diga-se assim, de alguns empresários do concelho. Portanto, os factos são estes e cada um pode dizer o que quiser sobre tudo isto, o que está em causa é única exclusivamente alargar esta possibilidade de gestão de resíduos de construção a pedreiras ainda em atividade.-
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo não querer discutir questões técnicas, queria só comentar uma coisa. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador pode comentar, mas o próprio não prescinde que o Urbª Ricardo Ramalho, que foi a várias reuniões, informe do resultado das mesmas, tanto mais que foi ao encontro daquilo que os membros da CDU solicitaram. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a história encarrega-se de demonstrar a realidade dos factos, e pede ao Sr. Presidente que deixe que lhe diga que não assiste ao Partido Socialista nenhuma razão em relação àquilo que acabou de dizer sobre as supostas bondades virtuais da revisão e do que se conseguiu com a revisão do PDM.-----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando porque é que é virtual.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que é virtual porque esse discurso não coincide com a prática, e vai explicar de uma forma clara aquilo que é a opinião da

CDU.-----

Em primeiro lugar, porque se estiveram tantos anos que infelizmente não se consegue recordar, mas foram de 8 para 10 anos que a câmara municipal esteve em processo de revisão do PDM. Foi em vésperas de 2008, salvo erro, que se conseguiu a aprovação do Conselho de Ministros, pode estar aqui um lapso de 1 ou 2 anos, e pede que o Sr. Presidente o desculpe se não estiver a ser rigoroso do ponto de vista do tempo, mas foi tempo a mais, por uma razão simples, o governo, que por acaso era da cor política da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Partido Socialista, impediu a aprovação do PDM, porque não concordava com as intenções do PS para o ordenamento do território do concelho. Aliás, impôs, como nunca se viu em nenhum concelho da Área Metropolitana de Lisboa, a consagração de todos os desígnios e objetivos do PROTAML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, porque o que se queria fazer em Vila Franca de Xira era uma violação de todos os documentos e práticas recomendadas até pelo próprio governo da simpatia política do Sr. Presidente. Por isso é que se esteve o tempo que se esteve em processo de revisão do PDM. -----

Aquilo que se salvou, do ponto de vista da recuperação de vantagens em termos de objetivos para o ordenamento do território, resulta antes da bondade das entidades da administração central, do que propriamente da vontade expressa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. -----

A segunda questão é que o Sr. Presidente costuma dizer que o PDM é para rever, e anuncia, para surpresa dos membros da CDU, que aguarda com alguma expectativa a revisão de algumas questões fundamentais para se iniciar em si mesmo esse processo formal. Então, por que razão é que os quer sujeitar a aprovar uma medida para resolver eventualmente um problema em particular ou em concreto? -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando se o Sr. Vereador não consegue compreender. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório não conseguir, nem consegue compreender o interesse o público, que deve estar sempre subjacente a toda e qualquer tomada de iniciativa sobre esta matéria. -----

Rever um plano diretor municipal, como o Sr. Presidente disse, e aí estão de

acordo, é uma coisa que deve ter uma implicação e uma magnitude em termos de revisão de objetivos muito diferente do que atender a um problema particular, porque aquilo que efetivamente aconteceu como segunda característica fundamental do PS para as questões da revisão do PDM, foi fazer condicionar a revisão do PDM à situação prévia de protocolos urbanísticos em quase todas as áreas urbanizáveis e antigas de vocação industrial no concelho, com graves perturbações para a própria revisão do PDM. -----

Este PDM, hoje, está desatualizado, não serve as populações, porque fundamentalmente visou consagrar interesses privados, que a CDU rejeita e que denuncia em direito próprio. -----

Deste modo, se isto que se propõe acontecer é uma nova repetição daquilo que foi o processo de revisão inicial do PDM, os membros da CDU apelam ao bom senso. ---



Tomou a palavra o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador e referindo que os membros do PS não comungam, estão absolutamente em desacordo, e não é verdade. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que houve um certo empolgamento no discurso, mas efetivamente não é verdade. -----

Não é verdade que se tenha levado tempo a mais na revisão do PDM, sobretudo quando comparando com outros municípios que não conseguiram concluir a sua revisão, e não é verdade que esse tempo de demora tenha tido a sua razão de ser em nenhuma vontade expressa da câmara municipal de atrasar o processo. -----

Perante uma manifestação do Sr. Vereador Nuno Libório, o Sr. Vice-Presidente disse não o ter interrompido na sua intervenção, apesar de ter dito um conjunto de questões que não são verdade, como aliás está agora a demonstrar. -----

Prosseguiu, dizendo que também não é verdade que esse tempo que demorou tenha sido causado por uma vontade da câmara municipal de contrariar qualquer tipo de indicações fundamentais por parte do PROTAML, e não é verdade que haja problemas de articulação do PDM de Vila Franca de Xira com o PROTAML, aliás, a câmara municipal inclusivamente respeita as regras de um PROTAML, que esse sim, nem sequer está aprovado. Portanto, os cuidados que o executivo PS teve na revisão do PDM são de tal ordem que respeitam as indicações das entidades nacionais para respeitar um plano que não está em vigor, porque o Governo, e não



é por ser este, é qualquer um deles, não teve capacidade para fazer programas regionais de ordenamento do território, tal como não fez programas nacionais de ordenamento do território, que deviam ter sido os dois instrumentos fundamentais que dariam, eles si, origem aos PDM, como todos sabem, e no país o que aconteceu foi exatamente a construção ao contrário.-----

Também não é verdade que haja problemas de desconformidade de princípio com as regras impostas pelas autoridades nacionais sobre esta matéria, exceto num ponto, e foi esse o único ponto que levou a uma discussão final entre a câmara municipal e o governo na altura, que diz respeito à intransigência por parte da CCDDR-LVT e da comissão de acompanhamento, relativamente à impossibilidade de construção em áreas inferiores a 10 000 m2, numa área significativa do território do concelho. Aí, o executivo PS não está de acordo, porque há um conjunto de pequenas aldeias e localidades de minifúndio em que a única hipótese das pessoas se manterem lá, dos filhos da terra se manterem lá, é que os pais consigam, na utilização do seu minifúndio, construir uma pequena casa para que os filhos e netos se possam manter nessas aldeias. -----

Esse é um ponto que o Partido Socialista está contra, argumentou com o Estado que está contra, e depois da resposta final do Estado sobre esta matéria mantém exatamente o mesmo princípio, porque achou, e acha, que o concelho de Vila Franca de Xira tem características suficientemente especiais que façam com que nessas aldeias, Cachoeiras ou Calhandriz, fosse possível passar por cima desta regra dos 10 000 m2, que faz sentido provavelmente noutras zonas do território, mas não faz sentido no concelho de Vila Franca de Xira, nessas áreas muito bem identificadas pela parte do executivo. Por isso, efetivamente, com esta revisão do PDM que o Partido Socialista tratou, que a câmara municipal tratou e que conseguiu resolver, ao contrário de muitas outras, que ainda hoje estão a tentar fazer a revisão do PDM, conseguiu reduzir a pressão habitacional sobre o território do concelho, aumentar o número de áreas para desenvolvimento e implantação de atividades económicas e aumentar os espaços de proteção ambiental, com a criação também da estrutura ecológica municipal. -----

O executivo PS conseguiu isto tudo com a revisão do PDM, o PCP esteve contra estes três princípios, e esteve contra toda a discussão feita sobre esta matéria,

porque entendeu, se o Sr. Vereador bem se recorda, alhear-se completamente deste processo de revisão, e mais, votar contra. Votar contra o quê? Redução da pressão habitacional sobre o território? Com certeza queria mais. Criação de mais espaços para a instalação de atividades económicas? Com certeza queria que fossem menos. Aumento dos espaços de proteção ambiental? Com certeza queria também que fossem menos. -----

Estes são os factos de que os membros da CDU falam, e é preciso repor a verdade sobre esta matéria, porque, efetivamente, podemos-nos empolgar, mas temos que falar verdade. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, pedindo a palavra. -----



Respondeu o Sr. Presidente que cada interpelação dá direito a outras interpelações, e nunca mais se avança, no entanto dá-lhe a palavra. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que não tinha intenção de intervir neste ponto, porque o seu camarada Sr. Vereador Nuno Libório colocou aquilo que devia colocar, mas de facto há coisas que não gostava de deixar passar, e até pode ir à questão da Mata do Paraíso, tão querida e tão conquistada pelo Sr. Vereador Rui Rei, tal qual Vasco da Gama. -----

Recorda que em 2006, quando os membros da CDU se abstiveram no projeto da autoria do Professor Sidónio Pardal, e aquando da discussão da questão da Mata do Paraíso teve oportunidade de dizer isto, abstiveram-se porque ele tinha como contrapartida algo que o Partido Socialista tentou fazer, que era desafetar a várzea de Vialonga, e isso os membros do PS não podem negar. -----

Havia uma contrapartida que era: "Meus senhores, nós vamos colocar todas as nossas forças e fazer tudo o que nos é possível para desafetar a várzea de Vialonga". Em contrapartida o dono daria à câmara municipal o espaço da Mata do Paraíso. Felizmente isso não foi possível e, de facto, a câmara municipal teve que comprar a Mata do Paraíso, como foi deliberado na reunião de câmara privada anterior. -----

O executivo do PS tentou colocar na várzea de Vialonga o quartel dos bombeiros voluntários de Vialonga, aliás, porque a direção à altura foi na conversa do Partido Socialista, hoje não tem quartel, porque se não fosse assim tinha construído o quartel no sítio para onde tinha inclusivamente financiamento já aprovado e não



estava sem quartel.-----

Tentou ainda colocar na várzea de Vialonga o Jumbo e o IKEA, e isto é inegável, portanto não venha agora dizer que tentou ir ao encontro daquilo que eram as expectativas, porque de facto, por exemplo neste caso, a população de Vialonga nunca esteve de acordo com a desafetação que os membros do PS tentaram preconizar e tentaram retirar a todos um território agrícola de grande qualidade, como era a várzea de Vialonga. Foi por isto, por estas intenções, por estas expectativas, e por vezes com falsas expectativas que criaram nalgumas pessoas que o processo da revisão do PDM durou o que durou. -----

Podem dizer que colocaram menos urbanização e tiraram os fogos, o PDM de 1993, na altura inovador, e os membros do PS sabem que é verdade, tinha uma perspetiva de tempo totalmente diferente daquela que se tem hoje, é verdade. Existia um processo dos anos de 70 e 80 com falta de construção e o PDM de 1993 é um espelho histórico da época em que foi construído. Evidentemente que tinha deficiências, que tinha, de facto, aos olhos de hoje, habitações a mais, é o devir histórico, é isso que acontece e é por isso também que se calhar o PDM que agora existe já tem que ser revisto, sob pena de se ficar em falsas expectativas no que diz respeito ao desenvolvimento do território. Portanto, se se vir bem, todos têm razão. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório pediu a palavra, tendo o Sr. Presidente recusado, dizendo que vai passar a palavra ao Urbª Ricardo Ramalho, e que o ponto está mais do que clarificado. Pede desculpa, mas o “tempo de antena” sobre esta matéria acabou. O Sr. Vereador já disse o que disse, a sua camarada disse o que disse, todos tiveram oportunidade de dizer o que quiseram, já chega, quem está a dirigir a reunião é o próprio. -----

Tomou a palavra o Urbª Ricardo Ramalho, referindo que se calhar começa pelo fim e pela revisão do PDM, pois pensa que vale a pena fazer o ponto de situação daquilo que são hoje as regras. -----

Salvo erro, em junho de 2014, saiu uma nova lei de base e de solos de urbanismo e do ordenamento do território, que no fundo é o primeiro “chapéu” em termos de legislação para tudo isto. Aponta já um caminho que restringe aquilo que serão as áreas urbanas àquilo que é urbano existente, ou seja, ou que está edificado, ou

A

para os quais, por exemplo, já foi emitido o alvará, que ainda não foi edificado mas que já se sabe que há ali o compromisso efetivo vinculativo, tudo o resto passará a ser solo rústico. -----

Este é o princípio que está estabelecido neste momento na lei de bases, falta sair, e especula-se que sairá até ao verão, o novo regime jurídico dos instrumentos, que virá permitir e estabelecer as condições como estes princípios se vão adequar depois nos vários planos, em todos os níveis.-----

Se a câmara municipal iniciasse uma revisão do PDM hoje, as regras a aplicar iam ser dúbias, sendo que há um pormenor, que lhe parece ser um "por maior", que é o facto de depois de ter saído a lei de bases várias câmaras municipais, que são a maioria, e na área metropolitana são a grande maioria, que têm os processos de revisão em curso, levantaram a questão: "Como é que isto vai ser, nós temos trabalho de anos em cima da mesa com pressupostos completamente distintos"? Entretanto saiu um esclarecimento da Direção-Geral do Ordenamento do Território, sobre o regime transitório, que resumidamente diz que os processos que estão em curso na data em que foi publicada a lei de bases, ou seja, junho de 2014, têm que estar concluídos até passado um ano da sua entrada em vigor, portanto, até junho de 2015. -----

Os "timings" são complicados, as câmaras têm dificuldade em cumprir e neste momento está-se a discutir o que é que quer dizer com concluído, se é aprovado ou publicado, e já se andam a discutir espaços de 2 ou 3 semanas para as câmaras municipal tentarem levar os seus processos ao fim.-----

Como a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira já tem a revisão do PDM concluída desde 2009, neste momento não tem muito enquadramento sequer para a iniciar, e isto são factos à data de hoje. -----

Relativamente à proposta apresentada, no seguimento da reunião de setembro foi contactada a CCDR-LVT, foi pedido um parecer, e acabou por não se ter parecer porque não havia enquadramento para existir parecer, e o que lhe disseram logo foi: "Nós não temos enquadramento para dar resposta em termos de parecer, podemos fazer umas reuniões, analisar e encontrar uns consensos". Foi isso que foi feito, numa primeira reunião a CCDR-LVT levantou diversas questões, que foram respondidas, e no fundamental o que estava em causa era se aquilo que são áreas

de pedreiras que estão hoje em exploração, que estão descaracterizadas, que não têm recursos naturais nenhuns, não têm recursos paisagísticos e que estão em processos de recuperação, em termos de utilização, devem ou não ser compatíveis com este tipo de atividades, sendo que a atividade de que se está a falar em concreto é receber aquilo que vem das demolições, separar os materiais, grande parte sai para reciclagem e aquilo que não é reciclável pode ser utilizado como depósito para a recuperação paisagística da pedreira. -----

A discussão centrou-se se havia aqui uma complementaridade ou não de usos, porque esta atividade que resulta da proposta é compatível com a exploração da pedreira, e, mais do que isso, é complementar, porque também ajuda à sua recuperação. -----

A CCDD-LVT concordou numa segunda reunião com este princípio, e mais do que isso, com uma segunda fase, que é, "muito bem, os usos são compatíveis, agora vamos criar as condições para o serem", precisamente porque era preciso perceber se o facto de se ir pôr estas instalações nas pedreiras iria trazer o prejuízo para as populações próximas. -----

Uma das questões que se levantou, e que lhe pareceu bastante pertinente, tinha precisamente a ver com o aumento do tráfego de pesados. Foi buscar este exemplo porque parece-lhe bom, e de facto é verdade, todos sabem que em Vialonga existiram problemas com a pedreira e com os camiões. -----

Deste modo, importava criar em termos de regulamento do PDM, e foi isso que foi feito na proposta que agora se apresenta, um articulado que garantisse que, apesar de haver viabilidade de uso, as condições específicas tinham que ser estabelecidas de forma a salvaguardar as populações, daí se terem introduzido, por um lado, as medidas de minimização, com alguma discricionariedade já de fatores que tinham de ser cumpridos. -----

Por último, e porque lhe parece também importante, esta questão específica hoje está a ser discutida na maioria da revisão dos planos diretores, a CCDD-LVT tem estado a analisá-la e este entendimento que foi encontrado com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, porque foi a primeira a apresentar uma proposta concreta, vai ser utilizado e adaptado em outros municípios. -----

É verdade que a instalação destas atividades nas pedreiras vai servir como

complemento à pedreira em termos de viabilidade económica, e neste momento o município tem condição para ser o primeiro, e poder ter isso, ou não, independentemente de quem for, e essa parte não faz ideia, vai para outro lado.----
Interveio o Sr. Presidente, passando à votação, pedindo desculpa ao Sr. Vereador Nuno Libório, mas não lhe vai dar a palavra, só lhe vai dar a palavra para dizer qual é o sentido de voto.-----

Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se pode fazer declaração de voto, ao que o Sr. Presidente respondeu que o Sr. Vereador pode usar o expediente que quiser, mas agora vai votar e depois faz a declaração de voto, dizendo aquilo que bem entender, o que vai fazer com que o próprio também possa fazer uma declaração de voto para lhe responder.-----

Se o Sr. Vereador quiser usar este expediente, com certeza que o pode fazer. -----

Deste modo, perguntou aos membros da CDU qual é o sentido de voto.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ao Sr. Presidente para não entrar por esse caminho, na reunião de câmara não há expedientes, há legitimidade de todas as forças políticas representadas no órgão câmara municipal de se pronunciarem sobre o que bem entenderem. É isso que os membros da CDU não abdicam de exercer, e quer que isso fique bem claro para o Sr. Presidente.-----

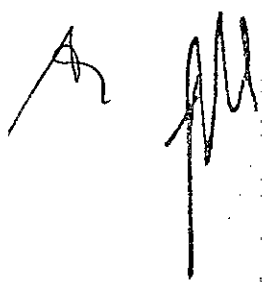
O Sr. Presidente voltou a perguntar qual é o sentido de voto dos membros da CDU, referindo que o Sr. Vereador e a CDU tiveram a oportunidade e explanaram as ideias sobre esta matéria, e continuar esta discussão é estar a prejudicar o muito ainda que o órgão tem que analisar nesta reunião de câmara. -----

De seguida, perguntou uma vez mais qual é o sentido de voto dos membros da CDU.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo que o Sr. Presidente deixe que a CDU faça a sua intervenção do ponto de vista de apresentação do seu sentido de voto. -----

Respondeu o Sr. Presidente que, uma vez que o Sr. Vereador não quer dizer o sentido de voto, vai retirar o ponto e passa ao ponto seguinte. Está a perguntar qual é o sentido de voto da CDU, o Sr. Vereador não quer responder, pelo que retira o ponto e passa ao ponto seguinte.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se o Sr. Presidente já sabe o



que é que o próprio vai dizer a seguir, se tem essa capacidade de adivinhar, e pede que o deixe falar. -----

Referiu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador depois de votar faz uma declaração de voto. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório voltou a pedir ao Sr. Presidente que o deixe falar, perguntando se o mesmo ainda não percebeu que vai fazer isso. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não deixa o Sr. Vereador falar, sobre esta matéria o Sr. Vereador já explanou o que tinha que explanar, agora o que pretende é saber qual é o sentido de voto da CDU sobre este ponto, e pergunta se é contra.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, confirmando que o voto dos membros da CDU é contra e querem fazer uma declaração de voto. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador depois faz a declaração de voto, perguntando aos membros da Coligação Novo Rumo qual é o seu sentido de voto.--

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo votam contra.-----

O Sr. Presidente referiu que os membros do PS votam a favor, concluindo que o ponto é chumbado, com os votos contra da CDU e da CNR e os votos a favor do PS. Continuou, dando a palavra ao Sr. Vereador Nuno Libório para fazer a declaração de voto dos membros da CDU.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que a CDU sustenta o seu voto contra baseado em três princípios. Em primeiro, ençara a revisão do plano diretor municipal como uma questão demasiado séria, que exigiria da parte da câmara municipal um debate de outro tipo. Para esse efeito quer, em nome da bancada da CDU, recordar o seguinte: O hoje presidente da câmara municipal, na altura com funções partilhadas com o executivo da câmara CDU, recorda-se que em 1996, por maioria de representação partidária na câmara municipal, se rejeitou a revisão do plano diretor municipal, ou seja, já em 1996 da parte da CDU se sentia a necessidade de imprimir um processo dinâmico de revisão estruturante do documento do plano diretor municipal. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando qual é a declaração de voto. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que por os membros da CDU acharem que este processo é demasiado importante têm o entendimento que a

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fh Ata 034

Reunião de 2015/02/11

Procº 1/14 PMOTPDM

Deliberação nº _____

câmara municipal deve votar sobre os seus atos, e aquilo que aconteceu sobre a revisão do plano diretor municipal foi pôr-se a discussão pública um documento que não foi sequer votado pela câmara municipal, e isso os membros da CDU denunciaram e contestaram. -----

Como terceiro aspeto, esta medida felizmente foi chumbada e os membros da CDU congratulam-se com isto mesmo, porque, a ser uma realidade, acarretaria graves prejuízos para as populações. -----


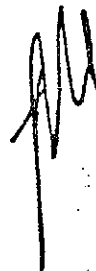
Deixa ainda uma última recomendação, que a câmara municipal exija do Governo a recuperação paisagística das pedreiras, que essa sim é solução para os problemas de ordenamento que existem no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo vão fazer chegar uma declaração de voto, que traduz a afirmação que fizeram aqui, face à questão de novos usos para as pedreiras. Como tiveram oportunidade de dizer, não são, por princípio, contra que tenham esses novos usos, o que querem é perceber quais são os interesses que existem neste momento para poderem dar essa viabilidade. -----

Gostariam no entanto de dizer, e a câmara municipal pode fazer esse trabalho, até porque há trabalho já feito, por exemplo em Vialonga, na recuperação das pedreiras, para não se confundirem as obrigações de privados com as obrigações dos governos, senão cai-se na lógica que os privados ganham o dinheiro e as entidades públicas ainda recuperam as pedreiras. É uma obrigação de quem explora as pedreiras recuperá-las, está definida essa obrigação e a câmara municipal também ajuda a fiscalizar. Em Vialonga, até ao uso da pedreira esta estava a ser recuperada, nomeadamente da estrada até lá em cima. Portanto, é bom não se confundirem os patamares, meter tudo num saco, baralhar e parece que a água e o azeite se misturam, mas não se misturam efetivamente.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que os membros do PS também querem fazer uma declaração de voto. -----

Tem de facto pena que esta ponderação que agora foi feita venha inviabilizar atividades económicas que do ponto de vista dos membros do PS eram importantes, e também uma possibilidade de, em termos ambientais, se poder evoluir no que diz respeito à reciclagem e gestão de resíduos de construção. -----

Quando eles acontecerem em pedreiras desativadas vai dar ao mesmo, portanto, aquilo que os membros da CDU e da Coligação Novo Rumo inviabilizaram foi efetivamente essa possibilidade imediata, que outros municípios vão aproveitar, mas fica o registo de, tanto uma bancada como outra, terem inviabilizado atividades económicas tão necessárias ao concelho.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, reprovam a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA CARTA DESPORTIVA DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/15, de 02/02, do DGUPRU/DPRU, para conhecimento, findo o período de discussão pública, que decorreu entre os dias 10 de outubro e 31 de dezembro de 2014, e após ponderação da única participação rececionada, do relatório de ponderação da discussão pública da carta desportiva do concelho de Vila Franca de Xira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/15, de 02/02, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que não sabe se o ponto está mal agendado, porque na ordem de trabalhos vem para conhecimento, e o despacho do Sr. Presidente propõe a aprovação, de qualquer forma gostava de colocar algumas questões. -----
O Sr. Presidente interveio, esclarecendo que o seu despacho não está correto, é para conhecimento.-----
Prossegiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU tiveram oportunidade de assistir à apresentação da carta desportiva, numa reunião de câmara, assim como das suas grandes conclusões, inclusivamente daquelas que lhes parecem mais pertinentes no que diz respeito às necessidades de alguns equipamentos nalgumas freguesias do concelho. Depois, também tiveram oportunidade de estar presentes em algumas que foram as apresentações públicas da respetiva carta.-----



Aquilo que estavam à espera de encontrar eram essas mesmas participações que vêm quantificadas, mas não conseguiram perceber quais foram as preocupações que as pessoas apresentaram aquando da apresentação pública da carta desportiva, e portanto gostariam de ver também aí uma apresentação qualitativa das participações tidas em relação à carta desportiva. -----

Depois, há ainda uma outra preocupação que lhes assiste, que tem a ver com aquilo que se vai seguir, a carta desportiva do concelho de Vila Franca de Xira dava nota da necessidade da construção de equipamentos, e vai dar o exemplo da piscina, na freguesia de Vialonga, que era uma das conclusões apresentadas. Aquilo que a CDU gostaria de saber é o que é que se segue. A carta foi elaborada, foi apresentada, é dado um relatório da discussão pública que lhes parece bastante reduzido, para não dizer completamente nulo daquilo que devem ter sido as participações dos munícipes, e agora gostariam de perceber qual é a intenção da câmara municipal perante as conclusões desta carta desportiva. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que relativamente a essa matéria dirá três coisas. A primeira, como todos tiveram ocasião de acompanhar o processo de discussão pública, a carta de equipamentos desportivos vem dizer, genericamente, duas coisas. Sob o ponto de vista da infraestruturação global do concelho, ela está feita e aponta dois aspetos concretos de maior monta para haver investimento por parte do município. Um é a piscina em Vialonga, o outro, o grande campo de jogos na cidade de Alverca do Ribatejo, e depois um conjunto de outros pequenos equipamentos que estão a ser implementados, já começaram o ano passado a ser implementados e qualificados, e este ano irão também ser um conjunto alargado deles. -----

Quanto aos próximos passos, e sob o ponto de vista das pequenas intervenções, elas já estão no terreno, aliás mesmo sem a aprovação final da carta desportiva já se tinha sensibilidade para esse processo, e tem-se no plano de atividades também previsto o processo relativo ao projeto para a questão da piscina de Vialonga. -----

Relativamente ao relatório, considera que está um relatório tecnicamente bem elaborado, não quer deixar de o expressar, de qualquer das maneiras pede ao Urbª Ricardo Ramalho, tendo em conta as apreciações da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, que possa acrescentar, se calhar, uma apreciação qualitativa ao conjunto

das intervenções orais nos processos de discussão pública. Pelo menos do ponto de vista do executivo PS, não põe em causa a complexidade e clareza técnica do relatório, mas não custa nada preparar uma parte que diga respeito a esta matéria, remetendo-se aos Srs. Vereadores da CDU, e depois também aos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que pede desculpa, mas, de facto, para já não está a dizer que tecnicamente o relatório não esteja bem feito, não é nada disso, só que não lhe parece que seja suficiente perceber quantas vezes os munícipes fazem desporto ou quantos minutos praticam desporto. Pensa que não foi isso que foi discutido nas discussões e apresentações da carta desportiva.-----

Portanto, não quer que se pense que a CDU está a colocar em causa o relatório, mas pensa que, de facto, era preciso um bocadinho mais.-----

Depois, o Sr. Vice-Presidente não explicou o que é que se segue, quais são as perspetivas. As pequenas obras eram necessárias e portanto vão sendo feitas à medida daquilo que é possível, no que diz respeito aos investimentos de grande monta, como é o caso do parque desportivo ou do campo de futebol em Alverca e da piscina de Vialonga, aquilo que gostariam de saber é, perante estas conclusões que a carta desportiva apresenta, o que é que a câmara municipal pensa fazer. É colocar uma verba para o projeto, para iniciar obra? Vai ser em 2016? Vai-se fazer uma retificação ainda ao orçamento de 2015? Tem que haver um planeamento em relação à necessidade de colmatar estas falhas nestes equipamentos, e era isso que gostava de ver respondido. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente poderá complementar, e aquilo que o próprio pode dizer é que durante muitos anos reclamava-se por uma carta desportiva. Já se tem esta ferramenta de planeamento feita, e há uma radiografia clara sobre o que é a atividade desportiva do concelho, não só a atividade propriamente dita, mas também equipamentos existentes e aqueles que ainda fazem falta.-----

É verdade que os critérios pelos quais se fez esta carta educativa são critérios que, do seu ponto de vista, esses sim deveriam ser revistos, porque são tão amplos que às vezes até criam algumas dificuldades de enquadramento. Muitas situações já



eram suficientemente conhecidas, mas finalmente tem-se uma carta desportiva, que era o compromisso, e está concluída. -----

Quanto a matérias que a Srª Vereadora colocou, pode dizer que já reconheceu, até mesmo antes da carta desportiva ser concluída, a necessidade da construção de uma piscina em Vialonga. Aquilo que disse é que para já a matéria não está prevista, em termos de construção, mas o que é necessário fazer neste momento, porque é um processo que tem de evoluir, é a revisão do próprio projeto, que esse sim já está desadequado relativamente à legislação que entretanto foi seguindo. É aí que se tem de começar a trabalhar. -----

Quanto ao grande campo desportivo de Alverca, é uma necessidade que também está identificada. Não se sabe como vai evoluir, na medida em que, pese embora as iniciativas que já se fizeram, ainda não se conseguiu perceber se a candidatura que foi aprovada pela administração central se mantém ativa ou não. É um fator absolutamente decisivo para avançar ou não, porque a câmara municipal, como sempre disse, tem verba já há uns anos a esta parte identificada para o efeito, mas só evoluirá caso a administração central diga, e está-se à espera desta informação, sobretudo o clube, se a candidatura se mantém. -----

A informação que se teve é que parecia que sim, mas não tem a certeza. -----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, referindo que crê que o Sr. Presidente respondeu às questões. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, perguntando à Srª Vereadora se está esclarecida, tendo a mesma respondido afirmativamente. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº _____

Pelas 12h40, depois da discussão e votação do ponto 21 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 101

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
LICENÇA DE CONSTRUÇÃO, HABITAÇÃO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO -
PROCESSO Nº 126/14 ONEREDPDM, ANTIGO Nº 25/09 ONEREDPDM-----

Interveio o munícipe, Sr. Luigi Manuel Venturini, cumprimentando os presentes e referindo vir fazer um pedido de intervenção ao Sr. Presidente, no sentido de desbloquear um processo que já está na direção de urbanismo há 6 anos. Necessita desta intervenção, para que possa evoluir no sentido de ser dada uma licença de construção, de habitação e depois o respetivo horário de funcionamento, relativamente a um edifício com 60 anos, que sofreu alterações arquitetónicas desde esse período até agora. -----

Há 6 anos iniciou um processo e pedido de atualização do edifício, nas alterações que houve, tem o mesmo um espaço comercial com r/c que está fechado, porque há cerca de 6, 7 meses, quando fez um arrendamento, a pessoa a quem o arrendou solicitou o horário de funcionamento junto da câmara municipal, e não foi dado, porque estava em processo tudo o que está a acontecer desde esse período. Neste sentido, gostaria de ver com o Sr. Presidente a melhor forma para desbloquear o problema, comprometendo-se a fazer tudo o que seja necessário até ao processo final, de ter a licença de habitação nas suas mãos, para que, neste espaço intermédio, essa pessoa, que há 6 meses já lá está, possa funcionar, já que não abre a porta porque não tem o horário de funcionamento.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o diretor dos serviços de urbanismo tem seguido este processo, e já poderá dar alguma informação, para ver se se resolve esta questão de vez.-----

Estava marcada uma reunião do munícipe com o próprio, por indisponibilidade de agenda passou-a para o diretor do departamento, e crê que a reunião terá acontecido, pelo que pede ao Arqtº Nuno Santos que explique o que aconteceu entretanto.-----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, mencionando que efetivamente a reunião ocorreu, e houve oportunidade de verificar, uma vez mais, com o munícipe, que havia elementos que tinham sido apresentados que uma vez mais não davam resposta às questões que tinham sido colocadas.-----

Trata-se de um edifício, de facto, como o Sr. Luigi Venturini diz, com algum tempo,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

foi levando algumas alterações no tempo, feitas de forma avulsa e sem qualquer regra. Qualquer apreciação feita, quer por parte dos técnicos da privada, quer por parte dos serviços da câmara municipal, é sempre feita de bom senso, vendo até que ponto se conseguem contornar os regulamentos que existem da construção, para minimizar ao máximo operações de demolição. Ali houve, de facto, um exercício muito grande, e talvez isso tenha levado a alguma demora, e mesmo a uma perceção, por parte dos técnicos que estavam a trabalhar com o requerente, do que poderiam fazer e deveriam fazer, porque sempre se procurou fazer exatamente o contrário do que seria o mais fácil, que era indeferir, e já está. -----

Fizeram-se várias reuniões, no sentido de encontrar as soluções para que o processo pudesse chegar a bom termo e ser objeto de deferimento, que efetivamente já tem. Já tem a proposta, e pensa que estará para despacho do Sr. Presidente. Se assim for, da parte da tarde encarregar-se-á de a fazer chegar ao Sr. Presidente, para que seja feito o despacho, no sentido de se poderem emitir as autorizações necessárias.-----

Da última reunião houve inclusivamente o compromisso da parte dos serviços de, no dia seguinte, imediatamente a seguir à reunião, receber os documentos e fazer a pronta análise, e não foi a primeira vez que se procurou fazer isto, só que este não é o único processo com características idênticas que infelizmente se têm, porque as zonas urbanas consolidadas apresentam muitas situações idênticas às que o Sr. Luigi Venturini tem, levando a uma análise caso a caso de cada uma, encontrando as soluções necessárias, tal como para esta, que a bom porto chegou, apesar de ter demorado algum tempo, sem dúvida, porque não era uma questão de fácil análise.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo, como o Arqtº Nuno Santos diz, e bem, que há outras situações mais que decorreram do tempo, das circunstâncias e de muitos fatores, e neste caso, dentro da linha, como o anúncio, a câmara municipal tem obrigação de encontrar soluções, sem ultrapassar a linha, ficando mesmo no limiar da linha. Foi feito esse exercício, e agora é resolver o problema ao Sr. Luigi Venturini para, rapidamente, este resolver o seu próprio problema. -----



É o que diz ao munícipe, que agora também tem que falar com o seu técnico, que é uma peça importante, já que às vezes os técnicos também não andam com a



celeridade que se quer.-----

Interveio de novo o Sr. Luigi Venturini, mencionando que só pede uma coisa muito simples. Pode demorar 1, 2 ou 10 anos, já se vai em 6 anos, e pede que se demore o tempo que seja necessário para resolver o problema. Continua a dizer o que sempre disse, responsabiliza-se por todos os procedimentos que sejam necessários fazer, e pagar, para que o problema fique legal, e que tudo o que lá está esteja legal. Demolindo ou não, faça-se o que for preciso, mas agora coloca-se uma questão. Não quer perder muito tempo, pois podia contar tudo em particular, mas foram os próprios serviços, quando necessitou de fazer o aluguer da casa, que disseram ao indivíduo que ia alugar a casa que não davam horário de funcionamento porque a licença de utilização era para serviços, passada pela câmara municipal, quando existia uma licença de 1954, da altura do prédio, que era para loja, e que tinha um chapéu de abrangência maior. Essa informação foi dada pela câmara municipal, e que “demoliu” todo o processo de arrendamento. Assim, a única coisa que diz é que não quer estar a perder tempo, e por isso disse que se o Sr. Presidente quisesse falar em particular com o próprio, explica-lhe tudo. --- A única coisa que pretende agora, até para ultrapassar burocracia, porque continua a dizer que quer o problema resolvido, pagando as custas e pondo tudo direitinho, é que se permita que temporariamente seja permitido que no local se abra a porta, ou seja, tenha horário de funcionamento, pois foi isso que levou a que todo o processo tenha chegado até este momento, e que neste período temporário e limitado se possa resolver a situação, e depois fique tudo bem. É só o que pede, porque está ali uma porta fechada, e milhares de euros de prejuízo de quem já lá meteu material dentro, não sabendo que essa licença estava errada. A rede informática da câmara municipal deu como número de processo o 127/98, e estava errado, o correto era o de 1954, que era loja. A única coisa que pretende é a hipótese de poder abrir a porta e resolver tudo de forma legal, correta, com pagamentos e tudo o que se tenha que fazer, só que não pode continuar com estes prejuízos no local, bem como a pessoa que lá está, com a porta fechada, porque é injusto o que se está a passar, e é só isso.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se vai tentar resolver o problema, mas há também regras que se têm de cumprir, como o município deve calcular. -----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

LOTE 120 – QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

Interveio o munícipe, Sr. José Gonçalves Chora, cumprimentando os presentes e referindo que o Sr. Presidente já sabe qual é o seu problema, e vai contar a história do seu lote, na Quinta da Ponte, em São João dos Montes. -----

Comprou um lote de terreno em 1972, na Quinta da Ponte, ao Sr. Xavier de Lima, e o seu dinheiro era tanto que comprou a letras. Foi para Moçambique, para a barragem da Cahora Bassa, esteve lá 1 ano, arranjou algum dinheiro, veio de lá, requisitou as letras ao Sr. Xavier de Lima, pagou tudo, fez a escritura e registou, em 1973, tendo consigo o registo. Passaram-se anos, e em 1990 perguntou à câmara municipal o que é que podia construir, ao que a mesma respondeu que não tinha ainda condições para construir, e não construiu. -----

Em 1991 a câmara municipal respondeu-lhe, e tem presente a carta, que podia construir e para pôr o projeto à consideração. Foi ter com o Engº Luís Martins, de Alhandra, que submeteu o projeto à câmara municipal, veio assinado, disse-lhe que podia construir, e começou a construir. Levou 5 anos a construir, de noite, com muito sacrifício, mas fez a sua casita, e está lá feita. -----

Em 1995 pediu a vistoria à câmara municipal, que lhe exigiu a responsabilidade do alvará. Foi ter com o Sr. José Augusto, que era construtor, este pediu-lhe 150 contos para o assinar. O próprio disse que tinha andado a fazer a casa com muito sacrifício, à noite, aos serões, feriados e férias, e não tinha dinheiro para pagar. Assim, deixou o assunto da mão, e foi ter com outro senhor, que lhe pediu 100 contos. Depois foi ter com um senhor do Sobralinho, que não lhe levou nada, o próprio deu-lhe uma garrafa de whisky e convidou-o para almoçar com a sua família, mas o senhor não aceitou, não lhe aceitou o dinheiro. -----

O Sr. Presidente interrompeu, perguntando, para além das prendas, qual é a questão em concreto. -----

Prosseguiu o Sr. José Chora, referindo ter presente tudo, assinado pela câmara municipal, tem o projeto feito para a reconstrução da quinta, sendo que à sua parte pagou 17 350\$00. Se os outros não pagaram, têm que pagar, pagou nessa altura 460 contos à câmara municipal, e já pagou há 2 anos o resto que faltava, cerca de 2 800,00€ à câmara municipal. -----

Foi ter com a Srª Presidente, à época, e gostava de falar com essa senhora, com a Srª Presidente Rosinha, cara a cara, pois disse-lhe qual era o seu problema, que era só a sua casa ir para o Registo Predial, era só o que lhe faltava. A Srª Presidente disse-lhe que deixasse estar, que isso era com a câmara municipal, e questiona se o Sr. Presidente sabe o que é que o próprio tem com a câmara municipal, ou seja, está metido em tribunal. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. José Chora já esteve em uma reunião de câmara, em Alverca do Ribatejo, e contou esta história toda. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. José Chora, referindo estar a ser explorado, perguntando se o Sr. Presidente sabe quanto é que ganha a advogada. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o munícipe já explanou tudo o que está agora a dizer, está a repetir mais ou menos o que disse na reunião de Alverca, pelo que sabe quais são as suas questões, e se lhe der um bocadinho de tempo, responderá. -----

Interveio o Sr. José Chora, respondendo que está há 3 meses à espera, desde setembro, que o Sr. Presidente lhe diga alguma coisa, e alguém que saiba resolver este problema. Ainda não lhe disseram nada, e o que sabe dizer é que todos os meses teve que fazer um contrato com a advogada. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o que o próprio disse na reunião, em Alverca, diz as vezes que o munícipe entender, mas isso não lhe vai resolver o problema. Contudo, já responderá. -----

Retomou a palavra o munícipe, perguntando ao Sr. Presidente onde é que pode ir, pois vai ao fim do mundo, já que com essa advogada está perdido. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o munícipe andou a dar 100 a uns, 150 a outros, uma garrafa de whisky não sabe aonde, e não sabe o que isso resolveu. -----

Retomou a palavra o Sr. José Chora, referindo que está a pagar para esta avogada, que já ganhou no ano passado 48 mil, sem IVA, e este mês são mais 48 mil. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que a câmara municipal não tem nada a ver com isso. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. José Chora, perguntando então de quem é o problema, quem é que o meteu neste problema, se foi falar pessoalmente com o

[Handwritten signature]

presidente da câmara, e tem presente tudo assinado.-----
Interveio o Sr. Presidente, sugerindo à Engª Carla Alcobia que fale com o Sr. José Chora, para explicar, mais uma vez, o que está em causa.-----
Aquilo não tem alvará, nem terá alvará tão depressa, e não vale a pena, pelo que pede ao munícipe que fale com a Engª Carla Alcobia, para o elucidar mais uma vez, pois o próprio não vai resolver nada agora.-----
Sugere ainda que resolva o problema com a sua advogada.-----
Depois, o munícipe está enganado, quando diz que foi a câmara municipal que o "meteu" neste problema, pois quem comprou aquilo foi o munícipe, não foi a câmara municipal que o obrigou a comprar nada, nem esta, nem a anterior, nem coisa nenhuma. -----
O munícipe comprou em 1972, está-se em 2015, e o problema dos clandestinos é uma verdadeira vergonha neste país. Há muitas câmaras que passam alvarás, mas depois não se conseguem registar, porque estão incompletos, e os alvarás que se passam nesta câmara municipal estão todos corretos. Sobre o que o munícipe diz, de outros municípios que passam alvarás, depois as pessoas vão para os registar na conservatória, e não é possível registar. -----
Terminou, agradecendo a presença do munícipe, dizendo-lhe ainda que não há fascismo nenhum, e se torna a falar em fascismo, terá de o pôr na rua. -----
Há coisas que têm limite, o munícipe não o deve confundir com fascistas, não admite isso, nem ao munícipe, nem a ninguém, e dá por terminada a discussão.-----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

DIVERSOS ASSUNTOS SOBRE TÁXIS - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. João Luís Cunha, cumprimentando o Sr. Presidente, referindo que pode falar por si e pelos seus 2 colegas presentes, da Xira Táxis.-----



O que os traz a esta reunião pública tem a ver, basicamente, como primeira prioridade, com o que já foi falado com o Sr. Presidente e o Dr. Fernando Barreiros há mais de 1 ano, as alterações da praça de táxis da estação, no Largo Marquês de Pombal, em Vila Franca de Xira. -----

Disseram que estava para breve, passou mais de 1 ano, ainda não sabem, e tudo continua na mesma. Querem condições para trabalhar, não as têm, a polícia persegue-os, as pessoas, do lado de trás, procuram estacionar os carros e estacionam, e os próprios não têm lugar para pôr os seus carros. Perguntaram na junta de freguesia, que disse que por ela estava tudo bem, a REFER também diz que está tudo bem, e que o impasse é só mesmo com a câmara municipal.-----

O que os traz hoje à reunião tem a ver com o ponto de situação que se possa fazer, se realmente está para breve, quando já passou mais de 1 ano desde a última conversa, ou se ainda não está para breve, e qual a solução que se pretende dar àquilo. -----

Pensa que já houve vários projetos, não sabe agora qual é o projeto que se pensa utilizar lá, e também nunca concordaram muito, iam aceitando os vários projetos que foram propostos. O Sr. Presidente, na altura, já fazia parte do executivo, não como presidente, e quando os puseram na parte detrás, quando deixaram 4 carros na parte da frente e o resto para trás, garantiram-lhes que era de uma forma provisória, quando se fizeram as obras de requalificação do Largo Marquês de Pombal, com a estátua do toureiro e tudo o mais. Iriam para trás de uma forma provisória, mas acabaram por ficar de uma forma definitiva, e agora, pelos vistos, estão a querer empurrá-los de uma forma mais do que definitiva, na totalidade, todos para a parte detrás. -----

Já se falou em vários projetos, não sabe qual é o que está em vigor, não consegue perceber se é para breve se não, sabe que querem trabalhar e não têm condições para trabalhar.-----





Um segundo ponto tem a ver com o corredor Bus, de que já falaram também pessoalmente há 1 ano e tal atrás, em que na altura nem o Sr. Presidente sabia dizer bem o que iria sair, se seria corredor Bus, se seria estacionamento. O certo é que a polícia não os deixa circular lá, e os clientes pedem para circularem lá, porque não estão para estar na fila, sobretudo nas horas de mais tráfego, a pagar frações que estão a cair. Dizem-lhes que os estão a "roubar", porque têm um corredor Bus e não circulam por ele, mas depois a PSP vê-os a circular no corredor Bus, e diz-lhes que os vai autuar. -----

A terceira questão tem a ver também com uma situação que já colocou diretamente à câmara municipal por escrito, dos táxis ilegais, táxis que fazem serviço de táxis com carros particulares. Sabe que o Sr. Presidente já fez encaminhar isso para as entidades competentes, mas, uma vez que as licenças dos táxis são tuteladas atualmente pela câmara municipal, pensa que a autarquia deve ter algumas pessoas ou entidades a fiscalizar este ramo. Deve ter alguém que fiscalize, porque é vergonhoso, é de mais. Há situações inacreditáveis que se estão a passar no ramo dos táxis, dentro de Vila Franca de Xira, e já só fala pela cidade e pelo hospital. -----

É grave de mais o que se está a passar, e pode dar um exemplo. O Sr. Presidente conhece a pessoa em questão, não vai citar o nome, e o Dr. Fernando Barreiros também o conhece, sendo que ainda a semana passada circularam em Vila Franca de Xira diariamente, à vista de toda a gente, duas carrinhas de mobilidade reduzida, que são do mesmo dono, com o mesmo número de licença em duas carrinhas diferentes. Diziam "Alverca, mobilidade reduzida nº 13". Assim, pergunta ao Sr. Presidente e ao Dr. Fernando Barreiros como é que uma coisa dessas pode ser possível. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta semana, e isso os munícipes devem ter tomado conta, andaram por lá umas pessoas da REFER. Se calhar não deram conta, mas como são muito observadores, podiam ter dado. Era uma engenheira e um arquiteto, e o próprio teve uma reunião com eles, no sentido de perceber, porque existe um protocolo que, do seu ponto de vista, tem que ser completamente reformulado, porque é extremamente "leonino" para a parte da REFER. Aquilo que ficou combinado é que tem que ser reformulado, e têm que se

fazer 2 protocolos, um do estacionamento a poente, e outro do estacionamento a nascente. -----



O que interessa aos munícipes é o de poente, do lado da cidade, e por isso o projeto que já se falou em tempos é aquele que vai ter que evoluir, ou seja, a convivência dos taxistas do lado direito de quem está virado para norte. Vai haver uma praça de táxis, e depois se verá, combinando com eles, como é que depois entram ou estacionam os táxis no Largo da Estação. Do outro lado, do esquerdo, está previsto o estacionamento de pelo menos 4 autocarros da Rodoviária. É o que está previsto no projeto e é o que, em princípio, se vai fazer. -----

No passado havia um processo que estava a ser conduzido pela junta de freguesia, que não evoluiu, e o próprio falou com a atual junta de freguesia, que diz que sobre esta matéria ia fazer algumas intervenções, mas não ia sair do processo. Entende que efetivamente o melhor é clarificar tudo, e a câmara municipal vai agarrar no processo na sua totalidade. -----

Aquilo que se pretende é retirar dali a cobertura, que não sabe se depois vai ser recuperada ou não, mas já solicitou para se pedirem orçamentos para se fazer uma outra mais estética, em termos visuais mais interessantes, e com outras condições para os taxistas, para o seu trabalho, sobretudo para as pessoas que vão ali apanhar o táxi. -----

Há algumas pequenas obras a fazer, nomeadamente na zona da rua em frente ao Rodinhas, tendo-se que melhorar ali a curva, e que demolir um anexo que lá está para abrir a curva, para que os taxistas possam depois circular de uma forma melhor. -----

Colocou uma questão que os munícipes também lhe colocaram na reunião que tiveram, no ofício que já se enviou para identificar as questões de que falaram, a do espaço para cidadãos com mobilidade condicionada, em que lhe parece que o local escolhido pode ter implicações com a saída de táxis e a entrada e saída de veículos com pessoas com mobilidade condicionada. É uma matéria que também se vai analisar, e o que pode dizer é que está a aguardar que a REFER informe de que forma quer evoluir com este processo, sendo que o que lhe pareceu é que o protocolo que foi celebrado, misturando um estacionamento e outro, prejudicou um e outro, e vão-se tratar as coisas “de per si”, ou seja, com um protocolo tendo



como “chapéu” o que existe, mas depois autonomizando, para que as coisas sejam mais rápidas.-----

Pode dizer que se está a trabalhar neste processo, não vai dizer que vai ser resolvido hoje ou amanhã, mas está-se a trabalhar nisso, para que os taxistas tenham melhores condições de trabalho. -----

Depois, só não se apercebeu de uma questão, do corredor Bus na rua Alves Redol. - Interveio o Sr. João Cunha, referido que, em relação à continuação das obras, pelo que pôde perceber, agora fica-se dependente da REFER.-----

Respondeu o Sr. Presidente que, quanto à obra do alargamento da curva, pode ser feita já. -----

Retomou a palavra o Sr. João Cunha, dizendo que isso também não os afeta, é mais para os autocarros, pois desde que se proíba ali o estacionamento, até os autocarros passam. -----

Sobre os outros dois pontos, pelo que o Sr. Presidente acabou de dizer não vai a totalidade dos carros para a parte de trás, alguns vão continuar a estacionar no Largo Marquês de Pombal. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, conforme se conversou, a câmara municipal não quer prejudicar os taxistas, como é evidente, e por isso poderá encontrar-se uma forma de 2 ou 3 táxis saírem do estacionamento e ficarem dentro do largo, pois parece-lhe justo, e é isso que se está a pensar fazer. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. João Cunha, mencionando que não é só uma questão de ser justo ou não, não se trata de uma questão de justiça, e não se quer estar a repetir, mas quando o próprio e os seus colegas foram, já há alguns anos, para a parte de trás, era temporário e acabou por ser definitivo. Agora, ao irem na totalidade para a parte de trás, questiona qual é a viabilidade. O setor dos táxis hoje está como está, e pergunta qual é a viabilidade de uma pessoa que chega a Vila Franca de Xira, em que os táxis estão todos escondidos num “buraco”, e as pessoas, se não conhecerem Vila Franca de Xira, não sabem onde é uma praça de táxis. -----

Na maior parte das vilas e cidades, e com a experiência de vida que o Sr. Presidente possa ter a mais do que o próprio, derivado à idade, saberá, é geralmente quase em frente às estações por onde se procura pelos táxis, e em Vila





Franca de Xira está-se num processo completamente inverso, estão-se a retirar da frente da estação. Está tudo bem, fez-se ali uma requalificação, o monumento ao toureiro, e o próprio até gosta de touros, é de Vila Franca de Xira, mas está ali um espaço enorme, com uma estátua no meio, e estão-se a empurrar os táxis para um “buraco”, para ficarem escondidos. -----

Já se falou sobre isso, o próprio até disse que se cedia de uma parte e cedia da outra, e não é por aí. Desde que fiquem alguns carros à frente, já não são na totalidade, mas as pessoas que passarem ali já se apercebem que pelo menos há táxis, nem que sejam 2 ou 3 na parte da frente. -----

Quanto à questão da cobertura, também é um ponto assente. -----



O Sr. Presidente interveio novamente, dizendo, quanto ao que os munícipes falaram, da concorrência desleal, que se têm analisado as queixas que se têm feito chegar e, junto das entidades competentes, a câmara municipal tem referido a necessidade de se resolver o problema, pois não tem competência para andar a dizer: “O senhor não pode andar aqui”. Quem tem competência para fazer é a entidade que sobre esta matéria superintende, e a própria PSP. -----

Tomou a palavra o Sr. João Cunha, referindo que nunca pôs isso em causa, da carta que o Sr. Presidente, através do Dr. Fernando Barreiros, lhe fez chegar, só que até agora não vê nada. A PSP diz que faz, não vê nada, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – ASAE, diz que não tem competência para o fazer, e o que lhes foi dito é que câmara municipal, como tutela as licenças, também tem que ter alguém a fiscalizar certas situações, inclusivamente o que acabou de dizer há pouco, que há carros diferentes com o mesmo número de licença a circular à vista de toda a gente. São coisas impensáveis, o que se passa, não só dentro da cidade, como lá em cima, no hospital. Trabalha-se em carros particulares, que são táxis, nem alvarás têm. Estão pintados, mas nem alvarás, nem licenças têm, pelo que vale tudo. Já recorreu onde tinha que recorrer, não vê é resultados disso. -----

O Sr. Presidente interveio, afirmando que se vai continuar a insistir. -----

O Sr. João Cunha prosseguiu, mencionando que o que pedem é a colaboração da câmara municipal. Quanto ao corredor Bus, o Sr. Presidente não lhe respondeu à dúvida que colocou. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o corredor Bus acabou, foi a decisão da



câmara municipal.-----

Interveio de novo o Sr. João Cunha, perguntando então para que serve agora aquela faixa.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não sabe responder a isso, nem vai responder agora. Foi uma decisão da câmara municipal, não unânime, mas foi uma decisão da câmara municipal. -----

O Sr. João Cunha interveio, perguntando, quando um cliente vem dentro do carro, e o obriga a ir para ali, o que é que lhe diz, e se é: "Olhe, o Sr. Presidente diz que não sabe o que é isto". -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que poderá, numa outra reunião, dizer algo ao munícipe, mas agora, publicamente, não lhe vai dizer. Foi uma decisão da câmara municipal, compete à mesma decidir, maioritariamente decidiu, e não tem mais comentários a fazer. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é importante verificar, porque o ato de ser Bus ou não, é se é uma faixa ou não é uma faixa, e a polícia não tem condições de multar numa faixa de rodagem. Se é uma faixa de rodagem, o táxi pode circular, o próprio também, pelo que se multar o táxi, tem que multar o próprio, sendo uma questão que é preciso clarificar e resolver. -----

O Sr. Presidente interveio de novo, referindo que não está a colocar culpas, e teve cautela naquilo que disse. Havia aquilo que havia, que se conhece bem, a decisão da proposta que foi apresentada não foi nesse sentido, e a faixa Bus morreu. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que então se morreu a polícia não pode multar. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se a polícia está a multar parece-lhe indevidamente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **113**

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

HABITAÇÃO SOCIAL – BAIRRO SOCIAL DE POVOS – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. Francisco de Almeida, cumprimentando todos os presentes e referindo que vem à reunião de câmara só por causa de uma questão, do bairro social de Povos, em Vila Franca de Xira, que o preocupa um pouco. -----

Veem-se lá umas atividades um bocadinho esquisitas, e gostaria de saber quais são os critérios, hoje, para uma casa de habitação social ser atribuída e a quem é que as pessoas se devem dirigir, porque isso não está muito bem esclarecido. -----

No bairro social de Povos há mais ou menos 20 casas fechadas, e quando as pessoas se dirigem à técnica que está no escritório, em Povos, ela diz que não há concurso aberto, que as casas estão fechadas porque estão muito estragadas e a câmara municipal não tem obras para fazer a remodelação dessas casas, porque as pessoas deixaram-nas completamente destruídas. Neste sentido, gostaria de saber do Sr. Presidente como é que se pode aceder a essas rendas, pois há famílias portuguesas que pagam os impostos, e o próprio vê todos os dias no bairro pessoas que vêm doutros distritos de Portugal inteiro, chegam ali e têm logo casa atribuída pela Segurança Social e “tutti quanti”.-----

Está numa situação muito difícil, está desempregado, tal como a sua mulher, e está nesse mesmo bairro de Povos a viver numa casa social que foi vendida por uma bagatela. Está a pagar 300,00€, mas vai ter com a técnica, e ela diz-lhe que ganha muito. -----

Gostaria de saber, em concreto, como é que se pode resolver este problema, pois há casas. No prédio onde mora é um cheiro imundo, há pessoas com 3, 4 e 5 cães dentro dos quintais, e não se faz nada para poder melhorar a vida das pessoas. Não está a falar só por si, fala por outras pessoas que necessitam dessas casas, que se encontram fechadas, sem bidés, casas de banho ou torneiras, porque as pessoas levantam os mosaicos, levantam tudo, e as casas estão fechadas. -----

Já propôs à técnica, que está em Povos, para, com os seus próprios bens fazer as obras, se lhe for atribuída uma casa, sendo que tem uma filha com 20 meses e um enteado com 9 anos, e está a viver nesta situação, a pagar 300,00€ numa casa social que foi vendida, se calhar, na altura, por 4 mil contos. -----

Assim, gostaria que o Sr. Presidente lhe desse uma resposta ao seu pedido.-----



Fl. Ata 114

Reunião de 2015/02/11

Proc^o

Deliberação nº



Portanto, a Sr^a Vereadora Fátima Antunes vai-se dirigir ao Sr. Francisco Almeida, ficarão com os contactos, para se poder marcar uma reunião, que vai ser certamente com urgência.-----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº

Prosseguiu, referindo que desta forma passar-se-á seguidamente à discussão dos pontos que mencionou.-----



1. Assunto: TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO – ANO DE 2015 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/15, de 04/02, do DOVI/SOE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização da realização da despesa relativa à prestação de serviços de um técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica do município – Ano de 2015, bem como da autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/15, de 04/02, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que o que os membros da Coligação Novo Rumo têm a questionar é apenas o facto de a documentação dizer que será por ajuste direto, mas não refere que entidades vão ser convidadas, para remessa à assembleia municipal. -----
Em 2012 foram 18 instalações, com identificação do local, em 2013 foram 26, em 2014 foram 36, mas em 2015 não há referência à localização das instalações, a quantidade não consta na comunicação interna do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, nem no convite ou no caderno de encargos. -----
Respondeu o Sr. Presidente que este ponto vai voltar a reunião de câmara, esta é só uma aprovação das questões de autorização do compromisso plurianual e da respetiva remessa à assembleia municipal. Nessa altura o Sr. Vereador terá oportunidade de falar sobre esta matéria e colocar outro tipo de questões. -----
Concluiu, dizendo que se todos estiverem de acordo, o ponto é aprovado por



Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: CONTRATO DE INSPEÇÕES PERIÓDICAS OBRIGATÓRIAS PARA A FROTA DO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 13/15, de 27/01, do DOVI/SER/NGE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, com vista à realização da despesa do contrato de inspeções periódicas obrigatórias para a frota do município, que será repartida nos anos de 2015 e 2016, tendo em conta a duração do mesmo, de 12 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 13/15, de 27/01, do DOVI/SER/NGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, questionando se, atendendo ao número de viaturas que há, e embora seja um serviço em que é a auto autoridade, salvo erro, que define o preço, se não é possível negociar um desconto com algum centro de inspeção. -----
Respondeu o Sr. Vereador António Oliveira que há uma tabela fixa. -----
Interveio de novo o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que no concelho só há um centro de inspeção, no Adarse, em Alverca do Ribatejo, é certamente a esse que os serviços vão com as viaturas, tendo o Sr. Vereador António Oliveira confirmado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: CONTRATO DE PORTAGENS ELETRÓNICAS ATRAVÉS DO SISTEMA DE VIA VERDE PARA A FROTA DO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 14/15, de 27/01, do DOVI/SER/NGE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, com vista à realização da despesa do contrato de portagens eletrónicas do sistema de via verde para a frota do município, que será repartida nos anos de 2015 e 2016, tendo em conta a duração do mesmo, de 12 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 14/15, de 27/01, do DOVI/SER/NGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam que, no futuro, viesse junto um regulamento para uso das viaturas da câmara municipal. -----
A câmara municipal deveria ter esse regulamento para poder verificar estas questões da via verde e tudo o resto, a quem é que se atribui, como é que se atribui, e para que é que se atribui, para depois se ter uma perspetiva global desta matéria. -----
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo pensar, e ter quase a certeza, que compreende o alcance da observação do Sr. Vereador Rui Rei, e tendo o próprio a responsabilidade da gestão da frota municipal, quando chegou à câmara municipal verificou, num levantamento que fez, que cerca de 25% da frota tinha

via verde.-----

O que acontecia é que, nomeadamente o tráfego de resíduos sólidos urbanos, não tinha via verde. Há trajetos e roteiros feitos a norte do concelho em que as viaturas pesadas de RSU têm que ir à Valorsul despejar, e indo pela estrada nacional, estão todos a verificar o que está a dizer em termos de tempo, pelo que, considerando o fator custo/preço/resposta ao circuito, entendeu fazer com que toda a frota tivesse via verde.-----

O outro alcance que tem, e efetivamente compreende, e quase de certeza que é o ponto da questão, é a gestão da via verde na viatura. Pode dizer que mensalmente tem um gráfico de utilização da via verde por viatura, com isso está a dizer tudo, e o Sr. Vereador já o entendeu.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo não estar, nem é essa a sua missão, a questionar o uso da via verde, até porque não contraria a questão dos 25%, e imagina que essa percentagem abranja toda a frota da câmara municipal, incluindo os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

Esclareceu o Sr. Vereador António Oliveira que uma coisa é a câmara municipal, outra coisa são os SMAS, neste caso trata-se apenas da câmara municipal.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que aquilo a que próprio assistiu durante algum tempo na câmara municipal é que havia efetivamente uma regra, que era basicamente a de que quase ninguém ia pela autoestrada. Portanto, não sabe onde é que andavam os 25% de via verde, não sabe onde é que estão, imagina que tenham que estar, mas, daquilo que tinha conhecimento, os diretores de departamento e os chefes de divisão, quando iam a reuniões, iam pela estrada nacional, não iam pela autoestrada, porque ninguém lhes pagava a via verde. Isto era claro, e a regra era assim.-----

Não lhe parece mal, por princípio, porque, pode estar em causa o custo versus a rapidez de, nomeadamente os camiões, irem pela autoestrada, mas a maior parte da recolha é feita à noite, e à noite há menos trânsito. É preciso avaliar isso, mas nem era isso que estava a dizer.-----

Pensa que é obrigatório que a câmara municipal tenha um regulamento do uso automóvel, ele tem que existir.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, informando que existe.-----

A



Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não conhece, aliás, quando veio a reunião de câmara a questão da aquisição da viatura isso foi falado, a câmara municipal deve ter um regulamento do uso automóvel, que defina se há trabalhadores que devem ou não ter automóvel. -----

A câmara municipal estabelece esse regulamento, e a questão não é tanto se o próprio tem automóvel, se não tem, a questão é que deve existir um regulamento para se saber se se deve ou não atribuir aos diretores de departamento um automóvel para uso, que não é o caso neste momento. O que está a dizer é se devem ou não devem ter, se se entende ou não se entende que há trabalhos e técnicos da câmara municipal que devem ter um automóvel atribuído, fruto da sua função. Deve existir essa regra, para que quem está na câmara municipal saiba quais são as regras do uso automóvel, e depois mais, o facto de haver automóvel para tempo integral vai ao IRS de cada um. É isso que está a acontecer na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira? Está-se a descontar dos salários de quem tem carro atribuído para uso total, em que ele não fica "a dormir" na câmara municipal?-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, informando que não há ninguém com uso total. -----


Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, questionando se isso quer dizer que os carros dos vereadores ficam "a dormir" no parque, à noite. Se o carro dos vereadores, ou dos dirigentes, a existir, não "dorme" no parque da câmara municipal, é uso total. -----

Se um vereador leva o carro para casa, tem de ser descontado no IRS, não há dúvida sobre isso, e deve haver um parecer que sustente esta questão, é isso que diz a legislação, e é preciso cuidado com isso. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o regulamento vai ser enviado ao Sr. Vereador, é sempre possível melhorá-lo, mas existe, de maneira que o Sr. Vereador fará o seu juízo sobre o mesmo. -----

Aquilo que lhe pode dizer é que efetivamente, neste mandato, o próprio pediu para verificar quais eram os carros que deveriam ter via verde, no seu ponto de vista, porque também via muitos carros da câmara municipal parados na EN10. O próprio achou que não podia ser, porque em termos de produtividade era zero, pelo que disse ao Sr. Vereador António Oliveira que os carros que efetivamente são carros de serviço e que necessitam de chegar a tempo e horas, em tempo oportuno, a um



Fl. Livro _____
Fl. Ata 122
Reunião de 2015/02/11
Procº DOVI-SER-NGE
Deliberação nº _____


determinado sítio, não podem estar em filas, pois quando chegam ao local já passou a hora, ou têm que voltar para trás. -----

Nesse sentido, fez-se uma avaliação, e muitos desses veículos hoje têm via verde, justamente para permitir uma maior rapidez e assim poderem desempenhar as suas missões com outra eficácia. Contudo, vai fazer chegar o regulamento para o Sr. Vereador analisar, e se for caso disso o executivo PS estará disponível para analisar algumas sugestões que queira fazer. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 123

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: RELATÓRIOS DE CONCRETIZAÇÃO E CUMPRIMENTO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS APRESENTADOS PELAS JUNTAS DE FREGUESIA -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/01/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para análise e discussão dos relatórios apresentados pelas juntas de freguesia, no âmbito da operacionalização e cumprimento dos acordos de execução e contratos interadministrativos celebrados, e posterior remessa à assembleia municipal para análise e discussão.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que este é um processo legislativo novo, que impôs um conjunto novo de condicionantes e obrigаторiedades para ambas as partes, que acordam entre si a descentralização de matérias essenciais. Os membros da CDU participaram, da forma como participaram, dando sugestões, apresentando soluções, e hoje apresentam um conjunto muito vasto de competências delegadas entre as diversas esferas da administração pública local no concelho de Vila Franca de Xira que importa valorizar.-----

Neste sentido, fará dois breves apontamentos, duas questões que podem e devem ser objeto de reflexão contínua, e de uma tomada de decisão, que é aquilo que da parte da opinião da CDU se justifica para já. -----

Em primeiro lugar, a problemática dos parques infantis, sabendo que, como já foi dito na parte inicial da reunião, houve um conjunto sucessivo de alterações na legislação, que obriga a que os municípios, enquanto entidades proprietárias ou gestoras dos parques infantis ou de espaços coletivos de recreio, os alterem, ignorando, quem tomou esta iniciativa legislativa, os custos fundamentais para adaptação às condições técnicas exigidas pela ASAE. Portanto, esta é uma situação premente, que está sobre as mãos das autarquias de freguesia, na câmara municipal. -----

Na opinião que têm os protocolos servem para manter e conservar, e não para substituir equipamentos integralmente, como é o que sucede nos casos que foram objeto de encerramento, por força de questões de segurança e de imposição legal. Depois, é bom recordar que estas situações, infelizmente, são um quotidiano de toda a região e dos municípios, e que esta é uma situação não totalmente



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Ft. Ata 124

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

exclusiva do concelho de Vila Franca de Xira.-----



Como segunda questão, é importante que a câmara municipal, conjuntamente com as juntas de freguesia, atenda à questão do valor cobrado por estas juntas referente à água cobrada ao abrigo da fatura dos SMAS. Há uma compensação financeira a dever às juntas de freguesia, e na opinião que têm deverá haver uma reflexão sobre a forma e o método mais expeditos, necessariamente, para corrigir uma situação que, do ponto de vista das receitas das juntas de freguesia, não é uma questão só de conforto, são compromissos úteis para o desenvolvimento da prossecução do interesse público, que a estas está cometido.-----

Por fim, como é óbvio, há questões novas, que obrigam também a uma mudança de atitude por parte das partes envolvidas, mas, sobre os relatórios e a qualidade dos mesmos, não partilham totalmente da opinião da câmara municipal, até porque pensam que há especificidades, há realidades próprias em cada freguesia que terão de ser obviamente atendidas e enquadradas.-----

Terá de haver, na opinião dos membros da CDU, muito bom senso na verificação do grau de concretização e na afetação dos recursos. Portanto, perante esse mundo diverso e complexo que se tem em cada uma das freguesias no concelho, na parte da câmara municipal só esperarão, como é óbvio, uma atitude colaborativa e construtiva para a construção de um projeto de descentralização efetivo.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam, em primeiro lugar, de questionar uma situação, relativamente à documentação que leram. Diz-se que os relatórios das juntas de freguesia estão em anexo, mas não receberam os relatórios das juntas de freguesia. Receberam a documentação que a câmara municipal envia, mas faltam os relatórios das juntas de freguesia, de suporte.-----

Não têm essa informação, e sem ela não conseguem emitir uma opinião, sendo que sabem que é dito que cada junta de freguesia enviou um relatório, de determinada forma. Está perfeito, pensam que os relatórios têm que ser uniformizados, para se poder olhar e definir critérios, e obviamente as consequências a seguir, até porque já chamaram à atenção variadíssimas vezes que há juntas de freguesia onde algumas das competências que lhes estão



delegadas, do ponto de vista que têm, têm deixado a desejar no que respeita à sua manutenção. Nessa perspetiva, pensam que devem ser ainda mais claros, querem analisar os relatórios e querem que tenham consequências. -----

Assim, se há juntas de freguesias que não prestam o serviço que devem prestar, a câmara municipal tem que assumir e que prestar sanção a essas juntas. Não há dúvida face a essa matéria e, se usam uma parte dessas verbas para suportar a estrutura, também têm que ficar claros nesta matéria, porque a si preocupa-o a junta de freguesia, mas muito mais o cidadão, e o próprio, enquanto cidadão, que tem de ter os serviços. -----

Há questões que já foram levantadas, de cortes de espaços verdes, sem o mínimo de respeito pelas regras que estão aprovadas na câmara municipal, e essas situações devem vir a reunião de câmara, porque só a câmara municipal tem competência para perdoar ou não. Tem que ser instaurado imediatamente um procedimento às juntas de freguesia, que chegam aos jardins e sistematicamente "assassinam" algumas das áreas verdes, como o próprio já assistiu em algumas áreas. Nalguns casos, que lhe são próximos, custa-lhe todos os meses, a ter que pagar, e custa-lhe ver um conjunto de pessoas das juntas, a mando do presidente da junta, chegar a um espaço ajardinado, que custou milhares de euros, e que se a câmara municipal o tiver que fazer, se calhar um milhão de euros não chega, e pôr uma máquina como se estivesse a cortar mato na berma da autoestrada. Custa-lhe ver isto, porque é no mínimo incompetência de quem manda. -----

Portanto, tem que se avaliar verdadeiramente para se tomarem decisões, porque isto de ser presidente de junta não é só ganhar as eleições, é ganhar as eleições e a seguir demonstrar que se tem capacidade para fazer até ao fim. Não é só chegar, tomar a decisão, e fazer, há regras a cumprir, porque a democracia não é um "cheque em branco". A democracia tem regras que defendem a todos. -----

Desta forma, é o que gostaria de dizer. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, obviamente, não tendo os documentos necessários para fazer uma melhor avaliação, irá retirar o ponto, sendo que pergunta ao Dr. Fernando Barreiros porque é que não foram enviados os documentos que estavam nos serviços para esse efeito, ao que o mesmo respondeu que tinham sido enviados. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

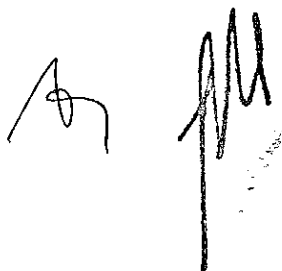
Fl. Ata 126

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, pedindo desculpa e dizendo, em relação aos relatórios, que lhe parece que tinha visto alguns relatórios na reunião de câmara anterior, mas nesta reunião de câmara efetivamente não estão.-----
Esclareceu o Sr. Presidente que já tinham sido distribuídos anteriormente.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador, referindo que já tinham sido distribuídos na reunião de câmara anterior, mas não estão na documentação de hoje.-----
Continuou o Sr. Presidente, mencionando que, nesse caso, pensa que se está em condições de aprovar a remessa à assembleia municipal.-----
Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que este assunto é para conhecimento, para análise e discussão, não é para aprovação, e pensa que terá dito, mas se não o fez, os membros da CDU disseram-no em momento anterior, é muito importante no apuramento destas conclusões a opinião dos presidentes de junta.-----
Veem uma comissão, a qual, na opinião que têm, deverá integrar ou representar também essa opinião das juntas de freguesia. A postura que têm é a de construírem um processo que seja o mais robusto possível, e que atenda a todas as especificidades.-----
Chama ainda a atenção para uma questão, pois pensa que não disse de uma forma suficientemente explícita, relativamente aos critérios e à sua uniformização. Como é óbvio, há questões que são de lei, que têm que ser observadas, porque ninguém, do ponto de vista duma hipotética inspeção, deve sujeitar-se a situações dolorosas. Contudo, também é óbvio, e era isso que gostava que ficasse claro, que há especificidades e formas de traduzir realidades em concreto que também têm que ser atendidas, e portanto não se pode ter uma visão absolutamente unificadora, porque, tendo presente que há ali uma ou outra referência do apuramento feito pela câmara municipal, têm algumas dúvidas que os conteúdos do relatório ou dos relatórios entretanto enviados não espelhem, efetivamente, o trabalho efetuado e a referência positiva à descentralização de competências.-----
A opinião que têm é que as juntas devem ser envolvidas em todo este processo de discussão, e que se encontre a maneira mais concreta de o fazer. Nestes casos, como em todos os que tenham a ver com o protocolo de descentralização, a opinião que têm é que, sendo necessária e obrigatória uma opinião do órgão



Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº _____

câmara municipal, ela é complementada e fica facilitada com uma discussão partilhada com as juntas de freguesia, para se definirem conclusões, sendo esse o entendimento que têm, ou seja, poder-se-á estar, eventualmente, a tomar uma posição neste ou naquele sentido, não ouvindo aqueles que são os interlocutores privilegiados ou um dos interlocutores privilegiados.-----



É esse o apontamento que fazem, seja através desta comissão, ou de outra que se entenda do ponto de vista das reuniões interautarquias, pois a opinião que têm é que a câmara municipal não deve abdicar de ouvir as juntas de freguesia, todas.----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, para referir que aquilo que pode dizer é que têm sido ouvidas, e tem havido reuniões, onde participam os Srs. Presidentes de junta, e tem havido reuniões onde participam os técnicos dessas mesmas juntas, para encontrar soluções o mais conforme possíveis, em termos de uma matriz de procedimentos, que naturalmente vai sendo apurada ao longo do tempo, porque, como o Sr. Vereador disse, e bem, é um processo novo, complexo e difícil.-----

Aquilo que pode dizer é que numa reunião que houve na Associação Nacional de Municípios Portugueses, no início deste processo, onde foram apresentados os documentos da câmara municipal, eles foram considerados como uns bons, para não dizer excelentes, documentos, e isso deve-se ao trabalho que foi feito pelos técnicos que estiveram envolvidos nos mesmos.-----

Agora, naturalmente que nesta caminhada há certamente afinações que se têm de fazer, e essas afinações, por vezes, até é provável que sejam específicas de uma freguesia para outra. De qualquer modo esta análise e trabalho têm sido feitos de uma forma muito chegada e próxima, com os Srs. presidentes de junta e também com os técnicos que, nessas mesmas juntas, têm como responsabilidade a elaboração e o seguimento deste processo.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, e fugindo à questão dos relatórios, chamando só à atenção que é preciso uniformizá-los, e que falta a matriz para que todos se reportem da mesma forma e se possam avaliar da mesma forma, que é preciso ter depois os critérios de avaliação. Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo a entidade que fiscaliza não pode estar misturada de outra forma, ou seja, quem dá tem que poder fiscalizar, independentemente das reuniões que existam a seguir, em que as pessoas possam dizer, da experiência



que vão tendo nesta matéria, quais são as dificuldades que sentem ou os ajustes que se têm de fazer.-----

A entidade que fiscaliza tem que ser autónoma, não pode ter o presidente de junta ou o técnico da respetiva junta de freguesia, ou de outra entidade qualquer, a dizer: “Olhe que isso não é bem assim”. A câmara municipal tem o seu organismo, que fiscaliza, e que emite uma relação sobre esta matéria.-----

Está-se a falar do primeiro relatório, que vale o que vale, é o primeiro, e o segundo relatório já deveria estar a chegar, sendo que os membros da Coligação Novo Rumo ainda não têm conhecimento se entretanto já foi emitida a matriz que leva toda a gente à mesma produção de relatório. -----

Se foi está perfeito, há atrasos, e é normal, é da vida, as coisas acontecem, começam a vir uniformizados, e é preciso ter atenção que o Sr. Presidente da câmara já disse várias vezes que já recebeu queixas dos serviços face a algumas juntas de freguesia em algumas áreas, e isto tem que se traduzir.-----

Faz-se a descentralização de tudo o que está vertido no documento, e tem que se ter um serviço de qualidade para as pessoas, não se pode ter outra coisa qualquer. É um serviço de qualidade às pessoas, e se as juntas não podem, têm que largar, e a câmara municipal tem que as assumir. Se não podem fazer a manutenção dos parques infantis, a câmara municipal tem que os assumir. Se não podem fazer a manutenção dos espaços verdes, a câmara municipal tem que os assumir, e isto, para os membros da Coligação Novo Rumo, tem que ser muito claro. -----

Agora votarão este relatório, mas a partir do segundo e terceiro, têm que ser rigorosos, os espaços verdes têm que estar limpos, têm que estar mantidos, e não podem estar, como se viu algumas vezes, e o próprio já o veio dizer, então a sul do concelho, sem uma gota de água durante o verão inteiro. Deve-se ter “santa paciência” mas não pode ser, e alguns são descentralizados, alguns da câmara municipal, outros das juntas. Isto não pode ser, tem que haver regras, e têm que as ver espelhadas nos relatórios, porque estes têm que ser avaliados, e depois têm que ser entregues a entidades que possam verificar, se for caso disso. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo alguns aspetos levantados pelos Srs. Vereadores e respondendo um pouco às diversas questões que foram colocadas, tando pela bancada dos membros da CDU, como dos membros da Coligação Novo

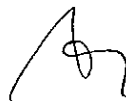
Rumo.-----

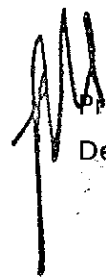
A primeira é a questão da participação, o Sr. Presidente já deu conta que este tem sido um processo muito participado, desde a altura da elaboração dos modelos de contratos e relatórios, mas sobretudo nesta segunda fase, em que foi preciso procurar afinar que tipo de informação a câmara municipal precisava para fazer a avaliação do relatório. -----

Os relatórios que vêm hoje à câmara municipal para apreciação, e não têm que ser votados, dizem respeito a um muito pequeno espaço de tempo, apenas do final de abril até junho, pelo que deles ainda não se consegue ter uma leitura concreta. Coisa diferente é, como referiu o Sr. Vereador Rui Rei, estes segundos relatórios que hão de vir, e ainda ontem seguiu uma comunicação formal para todas as juntas de freguesia, lembrando que está na altura de entregarem os relatórios correspondentes aos primeiros 6 meses de execução dos contratos e dos protocolos, o que já vai permitir que se tenha um olhar técnico e um olhar político sobre o desempenho das juntas de freguesia sobre esta matéria.-----

Deste modo, dirá que sob o ponto de vista da apreciação da câmara municipal, estes segundos relatórios são muito mais importantes que os primeiros, e ambas as bancadas também referiram isso.-----

Menciona ainda o esforço que foi feito por parte dos técnicos da câmara municipal com as juntas de freguesia, que foi a criação de um modelo de relatório igual para todos, que já se tinha tentado nos primeiros relatórios e não foi possível implementar. Estes segundos pensa que já vão ser mais fáceis, porque constituem num quadro um esqueleto que não é só financeiro. É financeiro, mas é qualitativo, e há de permitir que as juntas de freguesia, num primeiro momento, ponham, relativamente às competências que estão descentralizadas, o que é que aconteceu, quais foram eventualmente as dificuldades que tiveram e qual foi a execução que tiveram de cada um dos artigos dos contratos e dos protocolos. Há de haver um espaço para que tecnicamente as unidades orgânicas da câmara municipal que acompanham essa execução ponham também o seu histórico e o que é que se passou naqueles 6 meses de contrato. Isto vai permitir que a câmara municipal tenha um quadro mais global de tudo o que foi a execução dos contratos e dos protocolos, e parece-lhe que é isso também que todos os membros da





câmara municipal consideram que é importante.-----

Por último, de acordo com a legislação, estão previstos dois tipos de análise sobre esta matéria, e aqui retoma um pouco a última parte da intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, porque o focou, uma análise técnica, ou seja, da execução e da apreciação técnica sobre a execução dos protocolos, e é essa que é importante que venha também à câmara municipal, porque permite aos seus membros interpretar um documento que se calhar não é fácil para si, até porque há uma história que todos os dias se passa e que só tecnicamente, em cada unidade orgânica, é que têm condições para dizer o que é que efetivamente se foi passando no dia a dia, sendo esse o olhar técnico da câmara municipal. -----

Depois, a lei prevê esta apreciação política que o executivo municipal tem que fazer, mas mais, está previsto nos protocolos que essa apreciação seja feita também na assembleia municipal, para que as juntas de freguesia também tenham hipótese de fazer uma reflexão sobre a matéria, porque estão todas representadas na assembleia municipal. -----

Isto para dar conta que, independentemente da questão da participação concreta que a câmara municipal tem feito, porque cada vez que há uma reflexão a fazer sobre esta matéria fala-se tanto com eleitos como com técnicos das juntas de freguesia, há sempre ainda a possibilidade das juntas de freguesia poderem opinar sobre esta matéria no espaço próprio, que é a assembleia municipal, que é o que se espera que venha a acontecer na próxima sessão da assembleia municipal.-----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº _____

O Sr. Presidente interveio, referindo, após a discussão do ponto 45, que há ainda necessidade de falar sobre o ponto 43, porque senão não há atividade desportiva este fim de semana, bem como do ponto 30. Assim, passará já para a discussão do ponto 30, depois para o ponto 43, não sabendo se haverá tempo para analisar os outros pontos, pois há 10 minutos para o final da reunião.-----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/15, de 02/02, do DOVI/SOE, para aprovação do projeto de execução, das peças de procedimento e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 2 670 000,00€, acrescido do IVA, e prazo de execução de 330 dias, bem como da composição do júri e designação do perito, referente à empreitada da construção da EB1 nº 2 de Vialonga.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/15, de 02/02, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se a uma pergunta muito rápida. Porque estava perspectivado o início das ditas obras de requalificação do Ninho de Empresas para o mês de janeiro, porque já se vai no dia 11 de fevereiro, e elas não começaram, e porque naturalmente o atraso da obra implica o atraso do próprio início da construção da escola, para quando o início das obras em força no Ninho de Empresas? -----
O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que efetivamente a questão até já tinha sido colocada em reunião de câmara e tinha sido respondida. As obras no Ninho de Empresas arrancarão em fevereiro, exatamente para permitir que estejam concluídas na altura do verão, para que na interrupção do verão se faça a transferência das coisas para lá, e depois arranque naturalmente a obra da nova escola para Vialonga, tal qual como foi combinado, definido e discutido, quer com a associação de pais, quer com a direção do agrupamento.-----

A

PM

Fl. Livro _____
Ff. Ata 133
Reunião de 2015/02/11
Procº 8/15 DOVSM-EMP
Deliberação nº _____

Portanto, as coisas estão a correr exatamente como sempre se disse. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 46/15, de 04/02, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com a União Desportiva Vilafranquense, que define as condições de apoio logístico dos eventos, Torneio de Futebol António Carraça e 5º CIRA Hóquei, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2015, e 25º Xirabasket, nos dias 27, 28 e 29 de março de 2015. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 46/15, de 04/02, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, pretendendo fazer uma intervenção a dois tempos, se lhe é permitido. -----
Em primeiro lugar, os membros da CDU congratulam-se pela manutenção, nomeadamente de um torneio como o Xirabasket, que fará 25 anos no decorrer deste ano, portanto, no próximo torneio realizar-se-á o 25º Xirabasket, já de longa história. -----
Depois, naquilo que é dito na introdução do ponto, há as atividades que o Vilafranquense vem desenvolvendo, basquetebol, hóquei e futebol, e espera que as três possam continuar, e que a câmara municipal possa de facto continuar a apoiar, com condições, quem visita o concelho nestes eventos desportivos, e que vá bem impressionado com aquilo que se lhe poderá proporcionar. -----
Quanto ao segundo tempo, e aproveitando o tema do desporto ao nível do

município, “pegando” até um pouco naquilo que a câmara municipal poderá fazer mais, pensa que a mesma hoje está dotada de um documento importantíssimo, aquele de que já se falou, que finalmente, ao fim de alguns anos, conseguiu nascer, a carta desportiva. Contudo, pensa que tem de ser um documento, obviamente, dinâmico, e neste momento parece-lhe um documento redutor, ou seja, a câmara municipal poderá e deverá ser mais ambiciosa no desenvolvimento do desporto no concelho, obviamente buscando parceiros, não sendo a autarquia, por excelência, um clube desportivo. Deve buscar esses parceiros, e tornar possível a existência de outras modalidades. -----



Houve oportunidade de se falar um dia em “off”, e há modalidades que apesar de se estarem a considerar na carta desportiva, está-se bem servido em termos de utilização dos espaços, mas há modalidades que não têm pura e simplesmente capacidade de nascer. Mesmo que haja pessoas que as queiram fazer nascer, não há, e uma delas é aquela que é querida do Sr. Presidente, por exemplo, o rugby. Onde é que se poderá jogar rugby no concelho de Vila Franca de Xira? Que espaços estarão disponíveis? -----

Poder-se-á ainda falar num desporto do concelho, que foi o andebol. O Xirabasket tem 25 anos, e simplesmente já não existe Xira Cup, que foi um torneio que movimentou muitos milhares de participantes a nível mundial para Vila Franca de Xira, com a dinâmica própria de grandes massas, para o turismo e para as atividades económicas na altura existentes. -----

Assim sendo, pode-se ir mais além, deve-se ir mais além, este documento é um bom arranque para se poder trabalhar o desporto no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Depois, há dados que tem alguma dificuldade em aceitar. É vila-franquense, de Vila Franca de Xira, é de Santa Sofia, conhece o ringue de Santa Sofia, e garante ao Sr. Presidente que os 50% de utilização noturna do ringue em Santa Sofia não é para atividades de desporto, porque ao domingo de manhã encontram-se as garrafas partidas. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 99 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 30/15, de 28/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 99 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por José Carlos Silva Morgado. -----

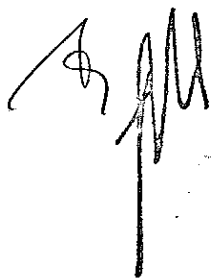
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 30/15, de 28/01, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 224 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 33/15, de 28/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 224 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por Maria de Fátima Silva Morgado Aguiar. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 33/15, de 28/01, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 21 DO LOTEAMENTO PANASQUEIRA I – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 32/15, de 22/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 21, que deu origem aos números de polícia 13 e 13A, do loteamento Panasqueira I, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, requerido por Constantino dos Santos Castanheira.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 32/15, de 22/01, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARTICULAR AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – ESTRADA MUNICIPAL Nº 524 – CACHOEIRAS – LUÍSA DO VALE SILVA CORREIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 14/15, de 23/01, do DOVI/SEP, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, pertença de Luísa do Vale Silva Correia, para afetar ao domínio municipal, destinada à execução da Estrada Municipal 524, no lugar das Cachoeiras, com a área de cedência de 709,52m², saída do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo nº 2 da secção “1J”, da União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, registado na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, com a descrição 13712 do livro 35, bem como do pagamento do valor atribuído de 709,52€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 14/15, de 23/01, do DOVI/SEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata 140

Reunião de 2015/02/11
Procº 16/14 DOVSM-EMP
Deliberação nº 072

1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2014 – RECEÇÃO PROVISÓRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/15, de 23/01, do DOVI/SOG, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2015/01/16, referente à empreitada das recargas de pavimentos 2014, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 23/15, de 23/01, do DOVI/SOG, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que gostaria de solicitar uma correção, se fosse possível, pois no ponto 1.3 da comunicação interna dos serviços está mencionada a conclusão a 14 de janeiro de 2014, e não está correto, é 14 de janeiro de 2015. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que continuam a votar contra este ponto, por uma questão de coerência. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 141

Reunião de 2015/02/11

Procº 35/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 073

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – TRABALHOS A MENOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 143/15, de 04/02, do DOVI/SOE, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos no valor de (-) 4 862,90€, acrescido do IVA, bem como da dedução deste valor ao preço contratual, referente à empreitada de execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho, adjudicada à Construtora Udra, Lda, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 143/15, de 04/02, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 20/15, de 02/02, do DOVI/SOE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, com vista à realização da despesa do contrato respeitante à empreitada da construção da EB1 nº 2 de Vialonga, repartida nos anos de 2015 e 2016, com a duração de 330 dias. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 20/15, de 02/02, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 143

Reunião de 2015/02/11

Procº 2/15 DOVI-AB

Deliberação nº 075

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM REGIME DE MERCADO LIVRE, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) DO MUNICÍPIO – ANOS DE 2015/2016 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 24/15, de 04/02, do DOVI/SOE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização da realização da despesa referente à aquisição de energia elétrica, em regime de mercado livre, para as instalações alimentadas em média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do município, bem como da autorização prévia do compromisso plurianual, com vista à repartição da despesa nos anos de 2015 e 2016.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 24/15, de 04/02, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: PAGAMENTO DA DESPESA À VALORSUL, RESPEITANTE A IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO DAS VIATURAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 12/15, de 27/01, do DOVI/NGE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, com vista à realização da despesa com a Valorsul, respeitante a imposto único de circulação das viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, que será repartida nos anos de 2015 e 2016. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 12/15, de 27/01, do DOVI/NGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 145

Reunião de 2015/02/11

Procº GAMA.E.0DIV.001.

Deliberação nº 077

1. Assunto: CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO CAFÉ CENTRAL –
ACIONAMENTO DE CAUÇÃO – CAIXA QUADRADA, LDA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/15, de
14/01, do GAMA.E, para aprovação do acionamento da caução, no valor de
1 200,00€, na sequência da cessação do contrato de arrendamento do Café
Central, celebrado com Caixa Quadrada, Lda, constituída aquando da celebração
do contrato.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/15, de 14/01, do
GAMA.E, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que esta empresa tem um
débito, de janeiro a junho, de 3 630,00€, e é dito que havia garantias de 1 200,00€.
Portanto, estão em débito ao município 2 430,00€, é só fazer as contas. -----
Agora, o que os membros da CDU perguntam é como é que foi possível isto, e não
vai dizer, de maneira nenhuma, que há negligência, não quer usar esse termo. Só
pergunta se a situação não é escortinada, e se não há a avaliação destas verbas.
Como é que se deixou chegar a este ponto? -----
Também gostariam de dizer que a declaração apresentada não parece que seja
suficiente para garantir o restante da verba em falta, Por esse motivo, pensam que
a câmara municipal e o concessionário deviam fazer um acordo escrito, com um
plano de pagamento, onde ficasse claro que, em caso de incumprimento, o
município avançará com outras medidas para ser ressarcido das verbas em débito.
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que em certa medida a sua
intervenção é também um pouco sobre aquilo que o Sr. Vereador Aurélio Marques



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **146**

Reunião de 2015/02/11

Procº GAMA.E.0DIV.001.

Deliberação nº _____

apresentou, sendo que na declaração em que o arrendatário se compromete a pagar nem sequer há data. Ele pode dizer que nunca está em falta, porque não tem data, nem data para se comprometer a pagar a dívida. Por isso, seria muito mais eficiente, em termos de segurança da câmara municipal, fazer um compromisso com datas e pagamentos, para poder dar alguma garantia. -----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se se pode ter uma solução mista, ou seja, acolhendo o que os Srs. Vereadores referiram, que lhe parece interessante e uma boa proposta, questiona se não se poderá acolher essa proposta, e ao mesmo tempo, desde já acionar a garantia no montante que existe. Se se vai para um plano de pagamentos, ele terá que abranger a dívida no seu todo. -----

Respondeu o Dr. Fernando Barreiros que, neste caso concreto, face às dificuldades e problemas que o contrato tem, tem que ficar claro no acordo de pagamento que, se a pessoa não pagar alguma das prestações, todas as outras se vencem, e pode-se passar imediatamente para tribunal, exigindo o pagamento, não podendo haver dúvidas sobre o acordo. -----



Continuou o Sr. Presidente, perguntando se se aciona a garantia ou faz-se um plano de pagamentos, ou podem-se fazer as duas coisas.-----

Esclareceu o Dr. Fernando Barreiros que é melhor fazer um novo acordo, com um plano de pagamentos, e depois de a pessoa faltar nalguma prestação, desde que tudo fique claro quanto às datas dos compromissos, a seguir aciona-se tudo. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, mencionando que então o Dr. Fernando Barreiros trata disso, e aquilo que sugere é que, em vez de ser acionamento de garantia, absorvem-se as propostas que foram feitas, de plano de pagamentos. -----

Deve-se acionar a garantia, se todos estiverem de acordo, e faz-se um plano de pagamentos. Há uma formalidade que se tinha de resolver, é por isso que o ponto é presente, e aquilo que sugere é que se acione a garantia, e sobre o remanescente fazer um plano de pagamentos, de acordo com o que foi referido, e nas condições que também o Dr. Fernando Barreiros acabou de informar.-----

-
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, acionar a caução e elaborar um acordo de pagamento em relação ao remanescente da dívida, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: DOAÇÃO DE UMA CÉDULA DE INSCRIÇÃO MARÍTIMA E BOLSA DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE, POR BERTA ALICE DUARTE DE BARROS DA SILVA SIRGADO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 32/15, de 20/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aceitação da doação de uma cédula de inscrição marítima e bolsa de acondicionamento e transporte, por Berta Alice Duarte de Barros da Silva Sirgado, para incorporação na coleção do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, cujo valor patrimonial é de 350,00€. -----

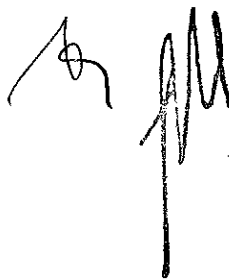
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 32/15, de 20/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: DOAÇÃO DE UM CONJUNTO DE 33 OBRAS DE ARTES PLÁSTICAS (DESENHOS, PINTURAS, AGUARELAS E LITOGRAFIA), DA AUTORIA DO PINTOR E GRAVADOR JOSÉ AUGUSTO, POR MARIA DE LURDES SOARES GABRIEL RAINHA E PEREIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 11/15, de 23/01, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação de um conjunto de 33 obras de artes plásticas, da autoria do pintor e gravador José Augusto, por Maria de Lurdes Soares Gabriel Rainha e Pereira, para incorporação na coleção do Museu do Neo-Realismo, cujo valor patrimonial é de 57 000,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 11/15, de 23/01, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 149

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº 080

1. Assunto: DOAÇÃO DE UM BUSTO EM GESSO, DESIGNADO “CEIFEIRA”, DA AUTORIA DE FERNANDO LOURO DE ALMEIDA, PELOS FILHOS DO AUTOR-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/15, de 23/01, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação de um busto em gesso, designado “Ceifeira”, da autoria de Fernando Louro de Almeida, pelos filhos do autor, na qualidade de co-herdeiros, para incorporação na coleção do Museu do Neo-Realismo, cujo valor patrimonial é de 600,50€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 10/15, de 23/01, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 150

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº 081

1. Assunto: DOAÇÃO DO ESPÓLIO LITERÁRIO DE ARSÉNIO MOTA, PELO PRÓPRIO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 14/15, de 03/02, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação do espólio literário do escritor Arsénio Mota, para o Museu do Neo-Realismo, pelo próprio, cujo valor patrimonial é de 34 750,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 14/15, de 03/02, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 151

Reunião de 2015/02/11

Procº _____

Deliberação nº 082

1. Assunto: CORRIDA DAS LEZÍRIAS 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 43/15, de 03/02, do DASDEDS/DDE, para aprovação das condições de participação, da minuta do acordo de cooperação a celebrar com a Cooperativa de Desporto e Cooperação e com a Revista Sport Life, bem como da constituição de um fundo de maneiio, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, à responsabilidade do Chefe da Divisão de Desporto e Equipamentos, Dr. Vítor Manuel Taborda Félix, no valor de 500,00€, no âmbito da realização da Corrida das Lezírias 2015. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 43/15, de 03/02, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Reunião de 2015/02/11

Deliberação nº **083**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----



Reunião de 2015/02/11


Deliberação nº

Assunto: FINAL DA REUNIÃO -----

O Sr. Presidente interveio, referindo-se aos pontos que ficaram por analisar, concretamente os pontos 22, 41, 44, dizendo ainda que o ponto 44, na ordem do dia da próxima reunião, será dos primeiros, para permitir a sua discussão.-----



Encerramento às 14h05. -----
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/03/25,
tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os
membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -